

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

MARALICE ALVES DE OLIVEIRA ARAÚJO

TELAS E INFÂNCIA: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA REVISTA EMÍLIA
SOBRE O PAPEL DAS MÍDIAS E TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DAS
CRIANÇAS

UBERLÂNDIA

2025

MARALICE ALVES DE OLIVEIRA ARAÚJO

**TELAS E INFÂNCIA: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA REVISTA EMÍLIA SOBRE O
PAPEL DAS MÍDIAS E TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Saberes e Práticas Educativas
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Vieira Guimarães

UBERLÂNDIA 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A663t Araújo, Maralice Alves de Oliveira, 1974-
2025 Telas e infância [recurso eletrônico] : análise das perspectivas da
Revista Emília sobre o papel das mídias e tecnologias na formação das
crianças / Maralice Alves de Oliveira Araújo. - 2025.

Orientadora: Iara Vieira Guimarães.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5104>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Guimarães, Iara Vieira, 1970-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 08/2025/923, PPGED				
Data:	Vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	[9:00]	Hora de encerramento:	[11:00]
Matrícula do Discente:	12312EDU015				
Nome do Discente:	MARALICE ALVES DE OLIVEIRA ARAÚJO				
Título do Trabalho:	"TELAS E INFÂNCIA: ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DA REVISTA EMÍLIA SOBRE O PAPEL DAS MÍDIAS E TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DAS CRIANÇAS"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Saberes e Práticas Educativas				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Observatório do Ensino de História e Geografia: formação permanente de professores e pesquisadores em ambiente digital"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/iara-vieira-guimaraes>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Thaís Coutinho de Souza Silva - UFCAT; Geovana Ferreira Melo - UFU e Iara Vieira Guimarães - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Iara Vieira Guimarães, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Iara Vieira Guimarães, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Coutinho de Souza Silva, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Geovana Ferreira Melo, Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6135761** e o código CRC **173B6150**.

*Dedico este trabalho à minha filha,
Kamille Araújo, cuja presença foi fonte
constante de carinho, incentivo e força
ao longo desta jornada.*

Chegar ao fim desta jornada acadêmica representa a concretização de um grande sonho, e nada disso teria sido possível sem o apoio de tantas pessoas queridas que estiveram ao meu lado ao longo dessa caminhada.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me fortalecer e ajudar a enfrentar os desafios com resiliência. Aos meus professores e, em especial, à minha orientadora, Iara Vieira Guimarães, expresso minha profunda gratidão. Suas orientações, ensinamentos e incentivos foram essenciais para minha evolução acadêmica e profissional. Obrigada por compartilharem seu conhecimento, por cada conselho valioso e pela paciência nos momentos de incerteza. A dedicação de vocês foi um pilar fundamental para a conclusão deste trabalho.

Estendo minha gratidão à minha família, pelo carinho, paciência e apoio incondicional, sem os quais não teria chegado a esta etapa final. Obrigada pelas palavras de incentivo e por compreenderem minhas ausências durante os períodos de estudo intenso. Sem vocês, esta conquista não teria o mesmo significado.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores, encorajando-me com seus relatos e apoio constante, também deixo meu sincero reconhecimento.

Agradeço à banca de qualificação e, neste momento final, à banca de defesa de dissertação pela leitura atenta, pelos apontamentos, correções, sugestões de ajustes e pela avaliação criteriosa da pesquisa. O trabalho dos docentes da pós-graduação, muitas vezes invisibilizado, é fundamental para a formação de pesquisadores e para a qualidade dos estudos no campo da Educação. É nesse diálogo, nas críticas construtivas e no rigor acadêmico que se fortalecem a pesquisa e o compromisso com a produção do conhecimento. Minha profunda gratidão a cada uma de vocês pelo tempo, dedicação e contribuições para este percurso.

Este mestrado não é apenas uma conquista pessoal, mas também o reflexo do suporte, do carinho e da generosidade de tantas pessoas especiais que fizeram parte dessa caminhada. Entre elas, destaco as novas amigas que construí ao longo do percurso, como Vivian, Viviane e Regina, parceiras na troca de experiências, nos desafios e nos aprendizados compartilhados.

Agradeço, de coração, a cada pessoa que, de alguma forma, contribuiu para essa realização – seja com palavras de incentivo, com o apoio nos momentos difíceis ou com disposição para o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Que esta vitória seja apenas o começo de novas oportunidades e aprendizados, sempre guiados pelo desejo de seguir investigando, refletindo e transformando.

Muito obrigada!

*“É na infância que construímos os
castelos que poderão ser nossas prisões
ou nossos reinos encantados.”*

(Dario Nicolau)

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do PPGED, na Linha de Saberes e Práticas Educativas, buscando investigar as implicações das tecnologias digitais e do uso de telas na infância, considerando o contexto de debates polarizados sobre o tema. O estudo tem como objeto de análise a *Revista Emília*, uma publicação digital de acesso aberto, voltada para profissionais da educação, formação para a leitura e literatura infantil, desde 2010. A problemática central da pesquisa se desdobra na seguinte indagação: de que maneira a produção escrita da *Revista Emília* aborda os desafios da presença das telas, mídias e tecnologias digitais na infância e quais são as possíveis influências apontadas sobre a formação das crianças? A investigação foi conduzida por meio de pesquisa documental, que permitiu a sistematização e análise de informações já disponíveis. O processo envolveu a definição da fonte, a seleção criteriosa do material e a avaliação preliminar dos textos, considerando aspectos como contexto, autoria, interesses, confiabilidade, natureza do discurso e conceitos-chave. A partir da leitura e análise detalhada, a pesquisa estruturou-se em três categorias centrais: (1) Livros e telas: fantasia, ficção, imaginação e a infância no panóptico digital; (2) A escola e a infância no mundo digital; (3) Educação para/com as mídias e tecnologias. A análise indica que a *Revista Emília* não adota uma postura dicotômica entre tradição e modernidade, tampouco um posicionamento extremado de rejeição ou adesão acrítica às tecnologias. Ao contrário, a publicação se destaca por um olhar atento e uma argumentação refinada, promovendo discussões que equilibram criticidade e abertura ao diálogo sobre os desafios da cultura digital na infância. Dessa forma, a *Revista Emília* se apresenta como um espaço de reflexão sobre a mediação das telas na educação, contribuindo para a construção de contranarrativas que ampliam as possibilidades de conexão, interação e amadurecimento do pensamento crítico no contexto escolar e social.

Palavras-chave: infância, tecnologias digitais, mídias, educação, Revista Emília.

This research was developed within the scope of PPGED, in the Line of Knowledge and Educational Practices, seeking to investigate the implications of digital technologies and screen use in childhood, considering the context of polarized debates on the subject. The study focuses on *Revista Emília*, an open-access digital publication aimed at professionals in education, reading instruction, and children's literature since 2010. The central research question is: how does *Revista Emília* address the challenges posed by screens, media, and digital technologies in childhood, and what are the possible influences identified on children's development? The study was conducted through documentary research, allowing for the systematization and analysis of existing information. The process involved defining the source, carefully selecting materials, and conducting a preliminary evaluation of the texts, considering aspects such as context, authorship, interests, reliability, discourse nature, and key concepts. Based on a detailed reading and analysis, the research was structured into three central categories: (1) Books and screens: fantasy, fiction, imagination, and childhood in the digital panopticon; (2) School and childhood in the digital world; (3) Education for/with media and technologies. The analysis indicates that the *Revista Emília* does not adopt a simplistic dichotomy between tradition and modernity, nor an extreme stance of rejecting or uncritically embracing technologies. Instead, the publication stands out for its careful approach and refined argumentation, fostering discussions that balance critical thinking with openness to dialogue about the challenges of digital culture in childhood. In this way, *Revista Emília* serves as a platform for reflection on screen mediation in education, contributing to the construction of counter-narratives that expand possibilities for connection, interaction, and the maturation of critical thinking in educational and social contexts.

Keywords: childhood, digital technologies, media, education, Revista Emília.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

11

Figura 1: Página de abertura da Revista Emília	44
Figura 2: Capas dos Cadernos Emília.....	45
Figura 3: Publicações Especiais - Emília.....	46
Figura 4: Meme – Isso não é uma escola.....	64
Figura 5: Frequência de leitura por tipo de material.....	78
Figura 6: Gênero de Leitura mais lidos.....	78
Figura 7: Gosto pela Leitura por classe social.....	79

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

12

QUADRO

Quadro 1: Levantamento de textos sobre o tema, Revista Emília.....50

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CETI- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IA- Inteligência Artificial

OMS- Organização Mundial de Saúde

PROINFO- Programa Nacional de Informática na Educação

TICS- Tecnologias de Comunicação e Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 INFÂNCIAS DIGITAIS : diálogo com o referencial teórico	17
2.1 Infâncias digitais: conexões, desafios e oportunidades	17
2.2 Tecnologias, ferramentas e linguagens	26
2.3 Perspectivas sobre a influência das tecnologias no desenvolvimento infantil	30
2.4 Formação escolar das crianças em tempos de tecnologias digitais	36
3 PERCURSO METODOLÓGICO	41
3.1 A fonte de pesquisa e a seleção dos textos para a análise	43
3.1.1 A Revista Emília: panorama geral	43
3.1.2 Revista Emília: aspectos específicos	48
3.1.3 Os textos selecionados para a análise	49
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
4.1 Categoria de análise 1 - Livros e telas: fantasia, ficção, imaginação e a infância no panóptico digital	52
4.2 Categoria de análise 2 - A escola e a infância no mundo digital	64
4.3 Categoria de análise 3 - Educação para/com as mídias e tecnologias	67
4.4 Interconectando as categorias de análise	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

Os artefatos tecnológicos digitais e as telas estão em constante disponibilidade na sociedade atual, capturando um número crescente de usuários por longos períodos, diuturnamente. Tais dispositivos não são usados apenas por adultos; as crianças estão cada vez mais inseridas nas plataformas digitais, sendo expostas desde muito cedo às telas, aos textos visuais e sonoros e a uma infinidade de produções culturais do universo informacional e de entretenimento disponíveis no ambiente digital.

O mundo contemporâneo, especialmente no que tange à construção da infância, muitas vezes se revela assustador. Os temores relacionados à internet e às tecnologias digitais emergem em um contexto marcado pelo chamado capitalismo de vigilância (Zubof, 2021), também conhecido como capitalismo de plataforma. Este novo cenário propõe uma transformação radical no ambiente midiático global, com uma mediação quase total das experiências digitais e uma série de ameaças que comprometem a privacidade dos usuários.

A proliferação de *fake news*¹, discursos de ódio, pornografia e jogos de azar nas plataformas digitais se soma ao problema do *cyberbullying*², criando um ambiente hostil, especialmente para as crianças e jovens. A publicidade e o *marketing*, muitas vezes sem limites éticos, invadem todos os espaços, promovendo um consumismo exacerbado e afetando a formação crítica da infância. Além disso, o vício em mídias e a obsessão pela ideia de tornar-se celebridade exacerbam a pressão sobre os indivíduos, moldando suas expectativas e comportamentos.

A vigilância constante, impulsionada pelas plataformas digitais que vendem dados e informações pessoais, somada ao poder crescente das *big techs*³, intensifica ainda mais os desafios. Nesse contexto, a infância, ao invés de ser um período protegido de descobertas e aprendizagens saudáveis, corre o risco de ser moldada por influências externas que a distanciam de um desenvolvimento equilibrado, crítico e afetivo.

¹ Definição. **Fake news** ("notícia falsa", em português) é um termo novo, ou neologismo, usado para se referir a notícias fabricadas.

² **Cyberbullying** é um termo em inglês que significa "bullying na internet" ou "bullying através de meios eletrônicos". É uma forma de violência que se caracteriza por intimidar, humilhar ou maltratar alguém de forma repetitiva e persistente.

³ As **big techs** são as grandes empresas de tecnologia e inovação que apresentam dominância no mercado econômico.

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ⁴divulgou recomendações específicas sobre o uso de dispositivos eletrônicos por crianças. De acordo com essas diretrizes, crianças de até cinco anos de idade não devem passar mais de 60 minutos por dia em atividades passivas diante de uma tela de *smartphone*, computador ou televisão. Além disso, a OMS estabelece que bebês com menos de 12 meses de vida não devem ser expostos a telas de dispositivos eletrônicos.

As diretrizes da OMS destacam a diferença entre atividades passivas e interativas com dispositivos eletrônicos. Atividades passivas, como assistir a desenhos animados, são desencorajadas, enquanto o uso da internet para conversar com membros da família pode ser mais aceitável. A recomendação é que crianças na faixa etária mencionada passem ao menos três horas diárias envolvidas em atividades físicas, como caminhar, engatinhar, correr, pular, se balançar, escalar, dançar, pedalar e pular corda. Em outras palavras, a OMS incentiva que as crianças brinquem, se mantenham ativas e socializem no ambiente físico concreto.

A exposição excessiva às telas, a falta de engajamento em atividades físicas e sociais e a ausência do brincar são temas amplamente discutidos no campo da educação. Esses fatores não afetam apenas crianças com até cinco anos de idade, mas abrangem todo o período da infância, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵, que considera como criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos.

A preocupação com o uso de dispositivos eletrônicos se estende a todas as faixas etárias dentro desse grupo e é objeto crescente de debates entre docentes e profissionais do campo da educação, que partem da premissa de que a exposição prolongada pode impactar negativamente o processo de ensino e aprendizagem, a aptidão para a leitura, o foco e a atenção concentrada necessárias para a realização das atividades escolares.

⁴ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82988-oms-divulga-recomenda%C3%A7%C3%B5es-sobre-uso-de-aparelhos-eletr%C3%B4nicos-por-crian%C3%A7as-de-at%C3%A9-5-anos> . Acesso em: 28 de junho 2024.

⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20Considera%2Dse%20crian%C3%A7a,e%20dezoito%20anos%20de%20idade . Acesso em: 28 de junho 2024.

Nesse âmbito, também se incluem as interações sociais, a criatividade, a capacidade de resolução de problemas e as experiências fundamentais para a autonomia e a vida no âmbito social.⁶

Contudo, o debate sobre essa questão está permeado por uma polarização que pode ser empobrecedora. De um lado, encontram-se os entusiastas das tecnologias e do ciberespaço, que destacam os benefícios desses avanços. Do outro, estão aqueles que se concentram em uma perspectiva mais pessimista, denunciando os aspectos negativos da relação das crianças com os dispositivos digitais e ressaltando os possíveis prejuízos para a infância.

Tanto uma vertente quanto outra colocam na agenda pública diversas informações, dados e argumentos sobre a questão, levando os docentes a tomarem partido sem, contudo, considerarem as produções mais fundamentadas e produtivas sobre o tema. O ruído informacional muitas vezes camufla o debate e deixa de lado questões importantes relacionadas ao assunto.

Um aspecto interessante a ser considerado nesse contexto é a questão da leitura na infância. Afinal, é possível questionar se a presença crescente dos dispositivos digitais na infância está interferindo no potencial de formação de crianças com maior ou menor disposição e interesse para a leitura, ou com um nível de alfabetismo mais consolidado, necessário para participar da sociedade de maneira crítica e ativa. Além disso, é possível indagar sobre a questão da educação para/com as mídias e tecnologias digitais sob o viés dos possíveis impactos no desenvolvimento infantil, considerando como essas ferramentas podem influenciar as múltiplas dimensões das aprendizagens das crianças.

O tema da pesquisa apresentada relaciona-se com a presença das tecnologias, mídias e telas digitais na infância. O contexto de discussão sobre o tema, como afirmado anteriormente, é marcado por uma cisão pouco produtiva.

Tendo em vista esse fato, buscamos analisar como uma publicação digital aborda e trata o assunto em questão. Referimo-nos à Revista Emília⁷, uma publicação digital de acesso aberto que, desde 2010, atua na produção de conteúdos de qualidade, na formação de leitores e na promoção do livro e da

⁶ Em janeiro de 2025, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a **Lei 15.100/25**, que proíbe o uso de telefones celulares e outros dispositivos eletrônicos portáteis por alunos em escolas públicas e privadas, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A restrição se estende ao recreio e aos intervalos entre as aulas. No entanto, a lei prevê exceções, permitindo o uso dos aparelhos em situações de estado de perigo, necessidade ou força maior; para a garantia de direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para assegurar a acessibilidade.

⁷ Disponível em: <https://emilia.org.br/revista-emilia/>. Acesso em: 28 de junho 2024.

leitura. A revista afirma ser pautada por uma orientação independente que permite acender diferentes pontos de vista e ampliar o debate de ideias no trato constante dos dilemas e questões impostas pela contemporaneidade.

Estabelecemos como problema central da pesquisa a seguinte indagação: De que maneira a produção escrita da Revista Emília aborda os desafios da presença das telas, mídias e tecnologias digitais na infância e quais são as possíveis influências apontadas sobre a formação das crianças?

Assim, o escopo da pesquisa está em averiguar a construção discursiva da Revista sobre esse tema tão cindido e que merece discussões mais ponderadas e aprofundadas no campo educativo e nas práticas pedagógicas escolares.

Estabelecemos como objetivo geral de pesquisa: investigar como a produção escrita da Revista Emília, no período de 2020 a 2024, abordou os desafios da presença das mídias, telas e tecnologias digitais na infância, identificando os temas mais recorrentes, os desafios e as evidências apresentadas sobre a relação entre crianças e tecnologias. Os objetivos específicos são:

- 1) Analisar a abordagem da Revista Emília em relação ao impacto e à presença das tecnologias na infância, destacando como essa temática é apresentada nos textos publicados no período de 2020-2024;
- 2) Identificar e categorizar os temas mais recorrentes relacionados às tecnologias e à infância nas publicações da Revista Emília, durante o período estudado, enfatizando as tendências e discussões destacadas pela Revista;
- 3) Examinar os desafios e as evidências recorrentes sobre o uso de tecnologias por crianças, conforme apresentados pela Revista Emília, discutindo as implicações dessas descobertas para os educadores.

A revista selecionada para a análise foi escolhida devido à sua relevância no campo da leitura e literatura infantil e à diversidade de conteúdos apresentados em suas edições. Foram analisadas edições publicadas ao longo de cinco anos para garantir uma amostra representativa, capaz de refletir o desenrolar das discussões sobre a presença das telas, mídias e tecnologias digitais na infância. A seleção das edições buscou abranger diferentes perspectivas, abordagens e debates promovidos pela revista, possibilitando uma análise sobre o objeto de estudo.

Minha trajetória de vida sempre esteve profundamente ligada à educação. Filha de professores, desde a infância convivi intensamente com o universo do ensino, o que me despertou, ainda criança, o desejo de também me tornar

professora. Nas brincadeiras e nos jogos de faz de conta, o ato de ensinar já se fazia presente, renunciando a profissão que viria a abraçar. Em 1996, iniciei minha carreira na Educação Básica, após concluir a formação técnica em Magistério, profissão que continuo a exercer com dedicação até os dias atuais.

Em 2004, concluí minha graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo posteriormente ampliado minha formação com duas especializações na área educacional. Ao longo dessa trajetória, especialmente diante das transformações sociais e das dificuldades enfrentadas por colegas da rede pública de ensino, percebi os desafios impostos pelo uso intensivo e, muitas vezes, indiscriminado das tecnologias digitais na sociedade contemporânea.

Esse cenário despertou em mim a necessidade de desenvolver uma pesquisa que dialogasse com essas questões emergentes, oferecendo não apenas uma análise crítica, mas também subsídios que pudessem contribuir para a prática pedagógica, servindo de apoio aos profissionais da educação diante dessas novas demandas.

Dessa forma o tema da presente pesquisa possui um significado especial para mim.⁸ Como professora de crianças na Rede Pública Municipal de Uberlândia/MG há 29 anos, pude acompanhar de perto as transformações no cenário escolar provocadas pelo acesso generalizado aos dispositivos digitais. Atenta a metamorfose da infância em que múltiplas descobertas e aprendizados são construídos com apenas um clique, e cujo espaço se reconstrói a cada nuance que perpassa pelo interesse das políticas públicas vigentes, percebo que a educação se transforma em um mosaico dinâmico de possibilidades e desafios. Cada interação revela um novo caminho, estimulando a criatividade e a curiosidade das crianças, enquanto nós, educadores, nos tornamos essenciais nesse processo.

Além das dúvidas e desafios enfrentados pelos docentes no dia a dia, seja na interação com as crianças, na formulação de práticas pedagógicas ou na colaboração com as famílias, é evidente que toda a estrutura escolar tem sido profundamente impactada pela integração das tecnologias na vida cotidiana na sociedade atual. Antevejo a necessidade de promover um debate informado e

⁸ A introdução do trabalho foi redigida em primeira pessoa do singular para enfatizar o significado da temática para a pesquisadora, destacando seu envolvimento pessoal e acadêmico com o estudo. Já as demais partes estão escritas em primeira pessoa do plural, uma vez que refletem uma produção conjunta com a orientadora, evidenciando o caráter colaborativo da pesquisa.

equilibrado sobre a presença dessas tecnologias na vida das crianças.

A análise crítica da produção da *Revista Emília* pode contribuir para a formação de uma visão fundamentada sobre o tema. Em um mundo cada vez mais digital, é imperativo que tenhamos uma compreensão dos impactos das tecnologias na infância e na formação educativa das crianças.

Em termos metodológicos, a pesquisa desenvolvida possui caráter qualitativo e documental, pois buscou analisar o conteúdo escrito da Revista Emília, explorando as nuances, os contextos e as narrativas presentes nas publicações ao longo do período de 2020-2024.

A pesquisa qualitativa desempenha um papel importante no avanço do conhecimento acadêmico ao basear-se na análise aprofundada de temas e problemas específicos. Por sua vez, Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental é uma metodologia de pesquisa que envolve a análise detalhada e crítica de documentos diversos, como textos escritos, imagens, vídeos, dispositivos legais, entre outros materiais.

Por suposto, o objetivo da análise documental é compreender o conteúdo, contexto, autoria, intenções e ideias presentes nos documentos estudados. Ela permite aos pesquisadores extrair informações relevantes, identificar padrões, tendências e fazer inferências sobre os temas investigados. A análise documental pode ser utilizada tanto para explorar novos temas quanto para aprofundar o entendimento sobre questões já estudadas, contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico.

Segundo Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), a análise documental é "um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos". No nosso caso, a análise documental se restringiu ao texto escrito, embora seja reconhecida a importância das imagens e outros materiais disponíveis nas publicações, dado que se trata de uma página hipertextual hospedada em ambiente online, que apresenta uma variedade de recursos multimodais.

O presente trabalho está organizado em cinco partes, cada uma composta por suas respectivas seções:

1. **Introdução** – Apresentamos o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa para sua realização, situando a relevância do tema no campo educacional.
2. **Referencial teórico** – Expomos e discutimos os principais conceitos e autores que fundamentam a pesquisa, articulando diferentes perspectivas

teóricas sobre infância, mídias e tecnologias.

3. **Percorso metodológico** – Descrevemos os procedimentos adotados na pesquisa, incluindo a abordagem metodológica, os critérios de seleção do material e as estratégias de análise, dando destaque para a pesquisa de caráter documental.
4. **Resultados e discussão** – Analisamos os dados coletados à luz do referencial teórico, destacando as principais descobertas do estudo e suas implicações para o campo da Educação.
5. **Considerações finais** – Retomamos os objetivos iniciais e desdobramentos da pesquisa para a formação do pesquisador e na prática educacional.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para um aprofundamento no debate sobre a complexidade que permeia as discussões atuais acerca da presença das tecnologias na infância. É importante compreender mais profundamente como o debate educativo e as publicações que circulam no campo percebem a forma como as crianças interagem com as telas e dispositivos digitais, e qual deve ser a resposta adequada do processo pedagógico escolar a esse fenômeno.

2 INFÂNCIAS DIGITAIS: diálogo com o referencial teórico

2.1 Infâncias digitais: conexões, desafios e oportunidades

O impacto das tecnologias na infância é um tema que tem gerado debates entre educadores e pais, no meio acadêmico e na agenda de discussão pública midiática. Com o advento dos dispositivos digitais, como *tablets*, *smartphones* e computadores, as crianças estão cada vez mais expostas a uma vasta gama de informações e experiências desde uma idade muito precoce. Essa introdução precoce à tecnologia pode oferecer inúmeras oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, mas também levanta preocupações sobre os efeitos no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças (Oliveira; Marinho, 2020).

Para uma melhor compreensão do tema pesquisado, é fundamental estabelecer uma distinção conceitual entre telas, mídias e tecnologias, destacando suas interconexões dentro do ecossistema digital. As telas podem ser compreendidas como os dispositivos físicos — como celulares, tablets, computadores e televisores — que servem de suporte para o acesso ao mundo digital. Elas funcionam como janelas que possibilitam enxergar, explorar e interagir com esse universo virtual.

As mídias, por sua vez, correspondem aos conteúdos que preenchem essas janelas, abrangendo textos, imagens, vídeos, animações, jogos e outros formatos disponibilizados por meio de aplicativos, plataformas e redes sociais. São elas que dão sentido e substância à experiência digital, moldando a forma como as informações são transmitidas e consumidas.

Já as tecnologias representam o conjunto de ferramentas e inovações que permitem a conexão entre telas e mídias, viabilizando a produção, distribuição e interatividade desses conteúdos. Elas incluem desde softwares e algoritmos que personalizam as experiências até as redes de internet que possibilitam a circulação das informações em tempo real.

Dessa forma, telas, mídias e tecnologias não podem ser analisadas isoladamente, pois estão intrinsecamente embrenhadas em um mesmo sistema de comunicação. Compreender essa relação é essencial para refletir sobre os impactos desses elementos na infância, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças no mundo contemporâneo.

Marshall McLuhan, na década de 1960 defendeu que “o meio é a mensagem”, sugerindo que as qualidades do meio possuem um impacto

significativo na forma como a mensagem é recebida e interpretada. Assim, as telas não são apenas superfícies passivas que exibem conteúdos; elas moldam a experiência do usuário, influenciando como a informação é percebida. Elas são a parte mais visível do arsenal tecnológico que é construído no campo comunicacional e que torna possível o contato dos usuários com espaço digital. Na era digital, a convergência das mídias trouxe uma nova dinâmica, em diferentes formatos – textos, vídeos, áudios – coexistem e se complementam. Essa multiplicidade de linguagens modifica a narrativa e apresenta desafios para a compreensão. As transformações tecnológicas desempenham um papel vital na forma como consumimos e interagimos com informações, assim como se ocorre a produção e disseminação de dados, narrativas, imagens e experiências. A proliferação de dispositivos e a constante conectividade nos tornam mais suscetíveis a distrações, o que pode impactar profundamente a forma como nos engajamos com conteúdos midiáticos e por certo com todos os campos da vida.

Portanto, as tecnologias digitais atuam como produtoras de subjetividades e proporcionam uma experiência multifacetada, na qual cada elemento interage e influencia a percepção e os modos de vida da sociedade. A compreensão desse sistema é fundamental para uma análise crítica da comunicação contemporânea, uma vez que somos constantemente moldados por essas dinâmicas que impulsionam as transformações sociais.

Os educadores, por sua vez, têm sido confrontados com a premência de observar como as tecnologias têm se tornado cada vez mais presentes no cotidiano das crianças, desempenhando um papel significativo em sua formação e interações. A compreensão da complexidade dessa relação é fundamental para promover um desenvolvimento infantil profícuo, garantindo que as tecnologias sejam aliadas e não obstáculos ao crescimento e à aprendizagem das crianças.

Ao analisar as diversas perspectivas teóricas sobre o assunto, é possível identificar tanto os benefícios quanto os riscos associados ao uso dessas tecnologias na infância, bem como o viés polarizado como o tema tem se apresentado na agenda pública, na academia e na escola.

Artefatos tecnológicos nas mãos e sob o olhar das crianças tem se tornado frequentes no desenvolvimento das habilidades cognitivas e motoras das crianças. Aplicativos educativos, jogos interativos e plataformas de educação *online* permitem que as crianças tenham acesso a conteúdos diversificados e estimulantes, contribuindo para o seu aprendizado de forma lúdica e dinâmica. Além disso, as tecnologias também proporcionam formas de

interação social, permitindo que as crianças mantenham contato com amigos e familiares, mesmo à distância. As redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas se tornaram ferramentas importantes para a comunicação e o compartilhamento de experiências na infância.

Por outro lado, a internet pode ser metaforicamente comparada a uma rua sem vigilância, onde perigos e riscos estão constantemente à espreita. Com apenas algumas ações simples, as crianças podem ser expostas a conteúdos inadequados, como pornografia e exploração infantil, além de ficarem vulneráveis a aliciamento por predadores virtuais. Também estão suscetíveis ao envolvimento com jogos online de caráter viciante, a interações em comunidades extremistas e à disseminação de discursos de ódio, desinformação e desafios perigosos. Diante desse cenário, a mediação ativa de pais, educadores e responsáveis torna-se essencial para garantir um ambiente digital mais seguro e saudável para o desenvolvimento infantil.

Nas escolas e nos debates educacionais, os desafios são significativos. Afinal, como educar as crianças para utilizarem, de forma segura e assertiva, o aparato tecnológico disponível? Como explorar as tecnologias de maneira enriquecedora e envolvente, de modo que favoreçam a aprendizagem e ampliem horizontes intelectuais das crianças?

São muitas as questões que desafiam educadores, exigindo uma abordagem crítica. O grande desafio está em mediar o uso das tecnologias, promovendo sua integração ao processo educativo de maneira reflexiva, evitando tanto o uso indiscriminado quanto a exclusão total desses recursos. Dessa forma, é essencial refletir sobre estratégias pedagógicas que não apenas protejam as crianças dos riscos do mundo digital, mas que também potencializem seu desenvolvimento cognitivo, social e criativo. A questão é complexa.

De acordo com Anjos e Francisco (2021), a história das tecnologias na educação das crianças reflete uma série de transformações profundas que reconfiguraram o panorama pedagógico contemporâneo. Essas mudanças se iniciaram com métodos de ensino tradicionais, centrados na utilização de livros didáticos e instrução direta, mudando para a incorporação de ferramentas digitais e para o ambiente *online*. A introdução de objetos digitais trouxe novas dinâmicas ao processo de ensino-aprendizagem, promovendo a interatividade e outras formas de ensinar e aprender. A criação de ambientes virtuais de aprendizagem e o uso de aplicativos educacionais têm permitido a personalização do ensino, adaptando-se às necessidades individuais dos

alunos. Além disso, a conectividade proporcionada pela internet facilitou o acesso a uma vasta gama de recursos didáticos e colaborativos, enriquecendo o conteúdo curricular e ampliando as possibilidades de aprendizagem. Essas inovações tecnológicas transformaram a maneira como o conhecimento é transmitido e adquirido e, também, trouxeram outras dificuldades para os educadores, a necessidade do desenvolvimento de competências pedagógicas e tecnológicas e de modos de lidar com as crianças visando a aprendizagem e a sociabilidade próprias do processo educativo.

No início do século XX, a introdução de meios audiovisuais, como filmes e programas de rádio, representou uma inovação significativa. Esses recursos permitiram a transmissão de conteúdos educativos de forma mais dinâmica e acessível, proporcionando uma nova dimensão ao ensino e aprendizado das crianças. Nesse século também outra ferramenta tecnológica se mostrou pertinaz, a televisão. A televisão possibilitou a disseminação de informações e publicidade para uma audiência mais ampla, incluindo crianças de diversas classes sociais, reduzindo barreiras etárias e de público inerentes à constituição da cultura de massas. Isso promoveu uma maior homogeneização cultural e um acesso mais amplo ao entretenimento e à informação, influenciando significativamente os hábitos e valores da sociedade como um todo.

Nos anos 1990, a chegada dos computadores pessoais e a disseminação da internet marcaram um ponto de inflexão na educação da infância. O acesso a computadores nas escolas brasileiras começou a se expandir, embora de maneira desigual, refletindo as disparidades socioeconômicas do país. Projetos como o "Programa Nacional de Informática na Educação" (ProInfo) visaram equipar escolas públicas com computadores e promover a formação de professores em tecnologias da informação.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) foi criado pelo Ministério da Educação, em 1997, para promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto nº 6.300, foi reestruturado e passou a ter o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

No início do século XXI, a integração de softwares educativos e jogos digitais tornou-se mais presentes nas escolas. Esses recursos ofereceram novas oportunidades para o aprendizado interativo, permitindo que as crianças desenvolvessem habilidades cognitivas e motoras e lúdicas. Aí se coloca com a

força a ideia de inclusão digital ou redução das desigualdades sociais ao proporcionar acesso às tecnologias, busca-se diminuir a disparidade entre aqueles que têm acesso à informação e recursos digitais e aqueles que não têm.

A disseminação de dispositivos móveis, como tablets e smartphones, trouxe novos desafios e oportunidades para o processo pedagógico com crianças em meados dos anos 2000. A facilidade de acesso a esses dispositivos possibilitou a utilização de aplicativos educativos, que oferecem uma variedade de conteúdos interativos. No entanto, essa ubiquidade também levantou preocupações sobre o uso excessivo e a exposição prolongada das crianças às telas, conforme estudos indicam potenciais impactos negativos no desenvolvimento cognitivo e social, como alterações no sono e dificuldades de atenção.

Durante o período de reclusão social provocado pela pandemia de COVID-19, a educação remota emergiu como uma necessidade para garantir a interação social e a continuidade das atividades escolares. O uso de plataformas digitais revelou não apenas o potencial das tecnologias para assegurar o acesso à educação, mas também expôs as profundas desigualdades que permeiam esse acesso. Muitas crianças, especialmente aquelas em áreas rurais e periféricas, enfrentaram dificuldades significativas devido à falta de conexão à internet de qualidade e à ausência de dispositivos adequados, o que exacerbou as desigualdades educacionais já existentes. Conforme salienta Ferreira:

Por um lado, enquanto a pandemia constituiu “um palco no qual as tecnologias digitais tornaram-se não apenas protagonistas, mas, de fato, elementos estruturantes, ou seja, condição *sine qua non* para a continuação da performance” na educação revigorou-se a discussão em torno da inclusão digital no que diz respeito ao acesso a dispositivos conectados à internet. Por outro, continuou-se a culpabilizar os professores por problemas estruturais, julgando-os sem “domínio” ou fluência com as tecnologias digitais, com exemplos de criatividade e resiliência tornando-se a exceção que confirma a regra (Ferreira, 2023, p.4).

Essa situação destaca a importância de se abordar as lacunas na infraestrutura tecnológica e na formação de habilidades digitais entre os estudantes. Além disso, evidenciou a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e garantam que todas as crianças tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. A pandemia, portanto, não apenas acelerou a adoção de soluções digitais na educação, mas também trouxe à tona a importância de uma abordagem mais equitativa e inclusiva.

No período posterior à pandemia, contudo, o uso exacerbado de telas

pelas crianças passou a ser objeto de maior preocupação. Sobre tudo tornou-se patente que a escola e a família estejam mais atentas ao conteúdo e à quantidade de tempo que as crianças passam utilizando dispositivos digitais.

Os dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2023, conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) ilustram essa situação. A referida pesquisa mostrou que:

24% dos entrevistados relataram ter começado a se conectar à rede na primeira infância, ou seja, até os seis anos de vida. A título de comparação, na edição de 2015, essa proporção era de 11%.

95% da população de 9 a 17 anos é usuária de Internet no país, o que representa 25 milhões de pessoas. O celular foi apontado como um dispositivo de acesso para 97% dos usuários, sendo o único meio de conexão à rede para 20% dos entrevistados. Os dispositivos: telefone celular, televisão, computador e *videogame*. Considerando-se somente as classes DE, essa proporção chega a 38%.

O uso de computadores para acesso à rede para esta faixa etária permaneceu estável (38%) em relação a 2022 (43%). Pouco disponível para os usuários das classes DE (15%), segue predominando nas classes AB (71%) – na classe C é utilizado por 41%.

88% da população brasileira de 9 a 17 anos disse manter perfis em plataformas digitais. Entre 15 e 17 anos, a proporção foi de 99%.

88% das crianças e adolescentes ouvidas tem acesso à plataforma de vídeos *online* YouTube. Já 78%, disseram ter WhatsApp, 66% ter Instagram; 63% TikTok e 41% Facebook.

O Instagram (36%) é a plataforma mais usada pelos usuários de Internet de 9 a 17 anos, frente ao YouTube (29%); TikTok (27%) e o Facebook (2%). Nas faixas de 9 a 10 anos e de 11 a 12 anos, o YouTube lidera com 42% e 44%, respectivamente. Já nas faixas de 13 a 14 anos (38%) e de 15 a 17 anos (62%), predomina o uso do Instagram.

Fonte: Disponível em: <https://encurtador.com.br/5D6L5> . Acesso em 29 de jun. de 2024.

Esses dados nos oferecem um indicativo importante sobre a presença das tecnologias e do ambiente digital na vida das crianças brasileiras, evidenciando um recorte explícito por classe social. A partir deles, podemos inferir várias tendências e desigualdades significativas relacionadas à presença das crianças no ambiente digital:

1. Aumento notável no número de crianças que começaram a se conectar à internet na primeira infância (até seis anos) de 11% em 2015 para 24% atualmente. Isso sugere uma introdução mais precoce ao mundo digital, refletindo mudanças nas práticas familiares e maior disponibilidade de dispositivos tecnológicos;
2. Predominância do celular, como principal dispositivo de acesso. Isso indica uma forte tendência ao uso de dispositivos móveis, especialmente entre os mais desfavorecidos economicamente;
3. A desigualdade no acesso a computadores é notável entre as crianças, por classes sociais. Essa disparidade sugere que o acesso a dispositivos mais robustos e multifuncionais ainda é um privilégio das classes mais altas, perpetuando desigualdades no uso e na qualidade do acesso à internet;
4. Participação em Plataformas Digitais é notável entre as crianças. A preferência por plataformas de vídeo e redes sociais indica um forte engajamento digital e uma mudança na forma de consumo de mídias entre as crianças.

Esses dados refletem a profunda penetração da tecnologia digital na vida das crianças e adolescentes brasileiros, ao mesmo tempo em que destacam desigualdades significativas no acesso e no uso de dispositivos. A dependência predominante de dispositivos móveis, especialmente entre as classes mais baixas, levanta questões sobre a qualidade do acesso e as oportunidades educacionais e de desenvolvimento pessoal proporcionadas pela tecnologia.

Consideramos que a infância é uma construção social complexa e multifacetada, como argumenta Manuel Sarmiento (2022). Ela não se resume a uma fase biológica ou natural da vida, mas é moldada pelas variações de tempo e espaço. Sarmiento (2022) destaca que as formas como as sociedades compreendem e tratam as crianças são profundamente influenciadas por contextos históricos, culturais, econômicos e políticos. Nesse ambiente, as crianças não são apenas receptores passivos, mas sujeitos de direitos e atores sociais ativos, com a capacidade de influenciar e transformar a realidade à sua volta.

A infância é marcada pela diversidade das experiências infantis, reconhecendo que há múltiplas infâncias, conformadas por fatores como classe social, gênero, etnia, localidade etc. Essa diversidade implica que as políticas e práticas voltadas para as crianças devem ser sensíveis e adaptáveis às diferentes realidades que elas vivenciam. Portanto, a compreensão da infância como uma construção social complexa, exige uma abordagem que valorize a pluralidade das experiências infantis e promova a inclusão e o respeito aos direitos das crianças em todos os contextos.

Assim, a análise da relação entre as tecnologias e o desenvolvimento infantil deve estar atenta às configurações sociais que influenciam essa dinâmica. A infância, como uma construção social, não pode ser compreendida apenas por suas dimensões biológicas e psicológicas, mas deve considerar as influências culturais, econômicas e políticas que interferem e configuram as experiências infantis.

Há uma perspectiva complexa a ser construída sobre o uso de tecnologias no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Nessa perspectiva, é essencial entender visões distintas sobre como as crianças interagem com o mundo ao seu redor e como essas interações e experiências são significativas para a aprendizagem. Isso é especialmente importante no contexto brasileiro, onde as desigualdades sociais e econômicas influenciam significativamente o acesso e o uso dessas tecnologias (Silvério et al., 2022).

A disparidade no acesso a tecnologias reforça a necessidade de compreender como as diferenças sociais impactam o desenvolvimento das crianças de diferentes regiões e classes sociais (David et al., 2021). Portanto, a análise deve considerar não apenas os aspectos técnicos e pedagógicos das tecnologias, mas também os contextos sociais em que as crianças estão inseridas, reconhecendo a infância como uma construção social multifacetada.

Socialmente, as tecnologias oferecem oportunidades para as crianças se conectarem com seus pares de maneiras inovadoras. Plataformas digitais podem facilitar a comunicação e a colaboração, promovendo um senso de comunidade e pertencimento. No entanto, há preocupações críticas sobre a qualidade dessas interações mediadas por tecnologia. O uso excessivo de tecnologias pode levar ao isolamento e à superficialidade nas relações interpessoais (Costa; Almeida, 2021).

É necessário um olhar crítico sobre como as tecnologias são incorporadas nas vidas das crianças, garantindo que elas contribuam positivamente para o de-

envolvimento integral e não apenas para o consumo passivo de conteúdo.

O papel da escola e da família é fundamental nessa equação. A presença de um adulto pode ajudar a contextualizar o conteúdo, promover a reflexão crítica e garantir que o uso das tecnologias seja proveitoso (Siqueira, 2021). A qualidade do conteúdo acessado pelas crianças é um fator determinante para os efeitos das tecnologias na aprendizagem. Conteúdos educativos de alta qualidade podem promover o desenvolvimento intelectual e a curiosidade, enquanto conteúdos inadequados podem ter efeitos negativos, como a promoção de comportamentos agressivos ou a exposição a valores distorcidos. É essencial que educadores e pais estejam atentos ao que as crianças estão consumindo e escolham cuidadosamente os recursos digitais utilizados (Motta et al., 2019).

Segundo Loureiro et al. (2019), a interação entre tecnologias e o ambiente escolar é uma dimensão especialmente importante. Escolas que incorporam tecnologias de forma planejada e estratégica podem oferecer experiências de aprendizagem mais ricas e diversificadas. No entanto, a formação dos professores para o uso dessas ferramentas é decisiva. Sem uma formação adequada, o potencial das tecnologias pode não ser plenamente aproveitado para a construção de conhecimentos pelas crianças.

A escola pode ser também um tempo de descanso para as crianças, pois as afasta do excesso de telas e cria um ambiente de interação social presencial, possibilitando que se envolvam em atividades práticas, lúdicas e cognitivas que promovem o desenvolvimento integral. Ao se desligarem momentaneamente das distrações digitais, elas têm a oportunidade de explorar outras formas de aprender e se expressar, enquanto desenvolvem habilidades interpessoais e concretizam vínculos com colegas e professores.

2.2 Tecnologias, ferramentas e linguagens

Ujiie e Pinheiro (2017) ressaltam que refletir sobre os espaços digitais na infância é um tema central para a educação contemporânea, especialmente no contexto brasileiro, onde a desigualdade no acesso à tecnologia é um fato. O trabalho com as tecnologias digitais vai além da mera habilidade de manusear dispositivos tecnológicos; ela envolve a capacidade de entender, avaliar e criar informações de maneira crítica e ética.

Isso implica desenvolver um olhar reflexivo sobre o conteúdo consumido, bem como sobre as implicações sociais e éticas do uso das tecnologias. Por outro lado, a inclusão digital refere-se à garantia de que todas as crianças tenham acesso não apenas às tecnologias, mas também às capacidades necessárias para utilizá-las de maneira crítica e responsável. Essa inclusão é fundamental para assegurar que as crianças não apenas consumam informações, mas sejam reflexivas sobre os arranjos sociais e econômicos e produtoras ativas de conhecimento em um ambiente digital cada vez mais complexo e diversificado. Assim, a escola deve estimular um pensamento crítico que capacite os estudantes a compreenderem as implicações éticas, sociais e culturais das tecnologias, desenvolvendo uma relação crítica com o mundo digital.

Para promover a inclusão digital desde a primeira infância, é fundamental defender a luta pela igualdade social e pela distribuição de renda. Estratégias como a disponibilização de dispositivos tecnológicos em escolas, a formação e desenvolvimento profissional docente dessas tecnologias e o desenvolvimento de conteúdos digitais apropriados para crianças devem ser implementadas para assegurar que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizado no ambiente digital (Lopes et al., 2021). Isso inclui políticas públicas que garantam infraestrutura tecnológica adequada nas escolas, especialmente em áreas rurais e nas periferias urbanas, onde o acesso à internet e a dispositivos é mais limitado. A promoção da inclusão digital não deve ser vista apenas como uma questão de acesso, mas como uma medida essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todas as crianças possam usufruir dos benefícios da tecnologia e desenvolver seu potencial plenamente.

Além da infraestrutura e da capacitação docente, o trabalho com as famílias é importante. Os pais devem ser envolvidos no processo de aprendizagem com ambientes digitais de seus filhos, recebendo orientação sobre como apoiar e monitorar o uso das tecnologias em casa. Programas de educação para pais podem fornecer informações sobre os benefícios e riscos do uso de dispositivos digitais, ajudando a criar um ambiente equilibrado e saudável para o desenvolvimento infantil (Oliveira, 2023).

Mais do que simples ferramentas, as tecnologias digitais são linguagens que interferem na maneira como nos comunicamos, aprendemos e interagimos

com o mundo. Elas oferecem modos de expressão e possibilitam a construção de conhecimento de forma colaborativa. Ao se tornarem parte integrante do cotidiano, essas tecnologias influenciam o acesso à informação e as relações sociais, culturais e educativas. Nesse sentido, a compreensão das tecnologias digitais como linguagens é fundamental para que crianças desenvolvam habilidades críticas e reflexivas, permitindo que se tornem não apenas consumidores, mas também leitores críticos, criadores de conteúdos e participantes ativos na sociedade. Portanto, a educação deve ir além do mero ensino de habilidades técnicas, promovendo um trabalho que capacite os indivíduos a navegar e interpretar o vasto universo de informações disponíveis, reconhecendo as implicações sociais, éticas e culturais envolvidas.

Além disso, a realidade é multifacetada. Por isso não há receitas ou modelos a seguir e as estratégias pedagógicas devem ser criadas pelos docentes a partir das realidades locais, reconhecendo as diversas formas de acesso e uso das tecnologias. Isso inclui a criação de conteúdos educativos que sejam culturalmente relevantes e a promoção de práticas pedagógicas mais criativas e contextualizadas que favoreçam as especificidades de cada comunidade. A utilização de tecnologias pode tornar as aulas mais interativas e dinâmicas, proporcionando experiências de aprendizado que estimulam a curiosidade e o interesse das crianças. No entanto, é importante que essas tecnologias sejam usadas de maneira reflexiva, em conjunto com outras atividades como a leitura de livros e a brincadeira ao ar livre.

Compreender as tecnologias como linguagens também implica em refletir com as crianças sobre o tema da segurança no ambiente digital. Isso inclui a compreensão dos riscos associados ao uso da internet, como a exposição a conteúdos inadequados e a proteção da privacidade online. Programas educativos que abordem a cidadania digital, enfatizando a responsabilidade e o comportamento ético no uso das tecnologias, são essenciais para formar usuários críticos e conscientes.

Santos (2022, 2019) destacam que a interação social entre crianças e a influência das tecnologias digitais é um tema que suscita inúmeras discussões no campo educacional e sobre o desenvolvimento infantil. A presença cada vez mais marcante de dispositivos eletrônicos na vida cotidiana das crianças levanta

questões sobre como essas tecnologias afetam suas habilidades de socialização, comunicação e desenvolvimento emocional. É complexo demarcar com objetividade como a mediação tecnológica pode facilitar ou prejudicar essas interações, pois ela depende de diversos fatores, incluindo o contexto de uso e o tipo de mediação parental envolvida. Contudo, a atenção e o cuidado dos adultos são fatores-chave para evitar problemas e mesmo situações de exposição a conteúdos inadequados ou riscos de isolamento social. A mediação ativa por parte dos pais e educadores pode promover o uso das tecnologias que favoreçam o desenvolvimento das crianças e garantindo que as interações digitais complementem, em vez de substituir, as experiências sociais presenciais.

As inúmeras formas de interação e comunicação no ambiente online são uma dimensão importante da interação social mediada por tecnologias. As plataformas de comunicação, como redes sociais e aplicativos de mensagens, permitem que as crianças mantenham contato com seus pares e familiares, especialmente em contextos em que o encontro físico é limitado. No entanto, a comunicação digital também pode apresentar desafios, como a falta de nuances emocionais e a possibilidade de mal-entendidos, que são mais facilmente resolvidos em interações face a face. A visualização conjunta, ou a prática de assistir a conteúdos digitais junto com as crianças, tem sido apontada como uma estratégia para melhorar a qualidade das interações sociais mediadas por tecnologias. Essa prática não apenas proporciona um ambiente mais seguro para a criança, mas também oferece oportunidades para discussões e reflexões sobre o conteúdo assistido ou criado. Assim, experimentar juntos o uso das tecnologias pode promover uma experiência de uso mais interativa e educativa (Oliveira, 2020).

A discussão sobre a ética e o uso de tecnologias na infância envolve uma análise cuidadosa das questões relacionadas à privacidade, segurança e a responsabilidade de educadores e pais na mediação tecnológica. No Brasil, onde o uso de dispositivos eletrônicos está cada vez mais presente na rotina das crianças, é essencial refletir sobre os desafios éticos que emergem desse contexto. A privacidade das crianças ao usar tecnologias é uma preocupação central. Crianças frequentemente não têm a capacidade de compreender as implicações de compartilhar informações pessoais em um ambiente virtual, tornando-as vulneráveis a riscos como o uso indevido de dados e a exposição a conteúdos inadequados. É fundamental que pais e educadores estejam atentos a essas questões, estabelecendo diretrizes claras sobre o que pode e o que não

pode ser compartilhado online (Souza et al., 2017).

Como aborda Barbosa e Shitsuka (2020), além da privacidade, a segurança online é outro aspecto importante. Crianças podem ser expostas a diversos perigos na internet, incluindo cyberbullying, exploração e acesso a conteúdos inadequados. Mais uma vez, a mediação ativa dos adultos é essencial para proteger as crianças desses riscos. Isso inclui a utilização de ferramentas de controle parental, a supervisão das atividades online e a educação das crianças sobre comportamentos seguros na internet.

Ensinar as crianças a navegar no mundo digital de maneira crítica e responsável é fundamental para prepará-las para os desafios e oportunidades que as tecnologias apresentam. A colaboração entre pais, educadores e formuladores de políticas públicas é vital para criar um ambiente digital seguro para as crianças. Campanhas de conscientização e programas educativos que envolvam toda a comunidade podem também contribuir para difundir informações importantes sobre o uso seguro e ético das tecnologias, desenvolvendo estratégias para lidar com eventuais perigos, contribuindo assim para a formação de indivíduos com uma compreensão maior sobre os desafios do ambiente digital.

2.3 Perspectivas sobre a influência das tecnologias no desenvolvimento infantil

A ideia de que as tecnologias causam impactam nas crianças e em seus processos de aprendizagem deve ser vista com certa parcimônia atenuando o teor fatalista e determinista de causa e efeito. Como sabemos, as relações humanas e a absorção de qualquer dispositivo ou forma de linguagem se dá por um processo de reelaboração contínuo e processual. Não é um processo matemático e objetivo de ação e reação ou de causa e efeito.

Essa concepção linear, que trata a tecnologia como um agente autônomo capaz de produzir efeitos diretos e previsíveis, é limitante e não reflete a complexidade das interações humanas e sociais que envolvem o uso de dispositivos tecnológicos.

As relações humanas e a assimilação de qualquer dispositivo ou forma de linguagem ocorrem por meio de um processo de reelaboração contínuo e dinâmico. Esse processo é intrinsecamente subjetivo, pois envolve a interpretação, a negociação de significados e a acomodação/reelaboração das

crianças às novas realidades que as tecnologias introduzem. Ao contrário de um modelo matemático que sugere uma relação objetiva de ação e reação, a interação com a tecnologia é influenciada por uma variedade de fatores, como o contexto social, as dinâmicas familiares, as práticas pedagógicas e as experiências individuais.

Desse modo, é fundamental reconhecer que o “impacto” das tecnologias não é uma consequência inevitável, mas sim um resultado de uma série de interações complexas e multifacetadas. Essa compreensão permite que os docentes adotem uma abordagem mais crítica e reflexiva em relação ao uso de tecnologias na educação, promovendo um ambiente em que as crianças possam explorar e desenvolver suas habilidades de forma significativa, levando em conta as especificidades de cada contexto e a diversidade de experiências que elas vivenciam. A esse respeito Ferreira nos mostra que:

Na educação, em particular, fala-se muito de “impacto da tecnologia”. Parece imperar uma espécie de senso comum em torno da tecnologia que explica ou prediz as decorrências da “inserção” ou “integração” de tecnologias digitais, em particular, como uma presença inevitável em contextos educacionais. Essa é a perspectiva hegemônica acerca da tecnologia, que, sobretudo na educação, é vista como imprescindível e obrigatória, conforme atesta a popularidade dos discursos em torno da “disrupção” (neologismo do original em inglês *disruption*) e da inovação. Em discursos que privilegiam aspectos da agência humana em sua relação com a tecnologia, particularmente na forma de apropriações (necessárias) e insurgências (possíveis) possibilitadas por artefatos tecnológicos, sobretudo digitais, parecem mesclar-se determinismo social e determinismo tecnológico em uma tendência predominante no sentido de prestar-se pouca ou nenhuma atenção aos entrelaçamentos das ideias que implicam formas específicas de pensar a tecnologia, o humano e, crucialmente, questões de poder decorrentes de sua relação (Ferreira 2023b, p.131).

A autora chama a atenção para o fato de que a ideia fatalista em torno dos impactos das tecnologias oscila entre extremos polarizados: aqueles que defendem a sua inevitabilidade e aqueles que rejeitam ou veem problemas e malefícios nessa relação.

Ambas as leituras se mostram limitadoras. Os primeiros advogam pela inevitabilidade da questão, adotando expressões como “nativos digitais” e afirmando que estamos diante de uma geração mais inteligente. Por outro lado, existe uma visão amplamente disseminada de que as crianças enfrentam déficit de atenção, problemas de depressão e outras anomalias decorrentes do uso ou “impacto” das tecnologias. Para a autora, ambas as visões são simplificadoras, pois tratam a tecnologia como um agente autônomo. Essa abordagem simplifica a compreensão dos impactos, ignorando as formas pelas quais os seres humanos interagem, modificam e são modificados por essas tecnologias.

Por isso, falar em benefícios ou malefícios das tecnologias para as crianças

pode nos levar a uma discussão maniqueísta e pouco produtiva, que não considera a complexidade das interações entre crianças, tecnologias e contextos sociais. Essa dicotomia simplista não capta a multiplicidade de experiências que as crianças vivenciam no uso das tecnologias, tampouco as nuances que permeiam essas relações. Ao invés de rotular as tecnologias como boas ou más, é mais produtivo investigar como elas são utilizadas, quais contextos favorecem ou prejudicam seu uso e como podem ser mediadas por adultos, educadores e a comunidade. Esse enfoque permite uma análise mais crítica e aprofundada, considerando não apenas os potenciais riscos e benefícios, mas também as oportunidades de aprendizado, socialização e desenvolvimento que as tecnologias podem proporcionar. Dessa forma, podemos fomentar discussões que privilegiem a construção de um uso consciente e reflexivo das tecnologias na educação e na vida cotidiana das crianças.

Certamente, a preocupação com a exposição excessiva às telas e os riscos que as crianças enfrentam ao participarem das redes digitais e serem expostas a conteúdos nesses espaços é perfeitamente admissível. Nos ambientes digitais, circulam conteúdos nocivos e impróprios que violam os direitos das crianças, expondo-as a materiais ou situações que representam risco para esse grupo populacional. Exemplos disso incluem conteúdos violentos e sexuais, bullying, discurso de ódio, assédio, produtos que causam dependência, jogos de azar, exploração e abuso sexual e comercial, incitação ao suicídio, à automutilação, publicidade ilegal e atividades que põem em risco a vida ou a integridade física das crianças.

Não obstante, os aspectos jurídicos e legislativos já atuam nessa matéria. Em 2024, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou uma resolução que dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. Esse instrumento está alinhado com uma série de dispositivos jurídicos voltados aos interesses das crianças e adolescentes. Define-se o ambiente digital como:

as tecnologias da informação e comunicação (TICs), como redes, conteúdos, serviços e aplicativos digitais disponíveis no ambiente virtual (internet); dispositivos e ambientes conectados; realidade virtual e aumentada; inteligência artificial (IA); robótica; sistemas automatizados, biometria, sistemas algorítmicos e análise de dados (BRASIL. Resolução nº 245 de 05 de abril de 2024).⁹

Nessa resolução, ao considerar o artigo 227 da Constituição Federal, que

⁹ A RESOLUÇÃO Nº 245, DE 5 DE ABRIL DE 2024, sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital: pode ser acessada na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-245-de-5-de-abril-de-2024-552695799>.

determina ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, o Conanda reconhece que diferentes atores sociais têm responsabilidades para garantir que crianças e adolescentes possam vivenciar espaços digitais saudáveis e promotores de direitos. Por isso, Estado e empresas provedoras de produtos e serviços digitais são chamadas a assumir compromissos, levando em conta seus respectivos campos de atuação, no que diz respeito ao combate à exclusão digital e à discriminação, bem como à oferta de ações para a mobilização e conscientização sobre as influências que o ambiente digital proporciona às crianças.

Assim, a proteção das crianças se constitui como fundamental e as plataformas digitais devem participar ativamente desse processo. Como afirma Shoshana Zuboff (2021), vivemos em uma época de capitalismo de vigilância, em que poderosas plataformas digitais extraem dados pessoais para monitorar, prever e, muitas vezes, influenciar o comportamento dos usuários. Essas plataformas utilizam algoritmos sofisticados para coletar uma vasta quantidade de informações, transformando-as em dados comerciais e gerando lucros imensos a partir do comportamento dos usuários, incluindo crianças e adolescentes.

Esse modelo econômico, baseado na exploração dos dados pessoais, levanta preocupações significativas sobre a privacidade e a segurança das informações das crianças, bem como sobre os conteúdos aos quais são expostas.

As plataformas digitais, ao direcionarem conteúdos e publicidade personalizados para esse público, podem expor as crianças a uma série de riscos, como a manipulação comportamental, a invasão de privacidade e a exposição a conteúdos inapropriados ou prejudiciais.

Portanto, é imprescindível que tanto o Estado quanto as empresas de tecnologia assumam uma postura ética e responsável, implementando medidas de proteção rigorosas para salvaguardar os direitos das crianças no ambiente digital. A integração de medidas de proteção digital é essencial para combater a exclusão digital e a discriminação, garantindo que as crianças possam desfrutar de uma internet que promova seus direitos e bem-estar, e não que as submeta aos interesses comerciais e exploratórios do capitalismo de vigilância.

Por sua vez, a escola desempenha um papel crucial na formação de indivíduos capazes de lidar de maneira ética e crítica com as tecnologias e o ambiente digital. A esse respeito, David Buckingham (2022), em seu livro "Manifesto da Educação Midiática," defende que a educação deve ir além do

simples ensino técnico sobre o uso de ferramentas digitais. Ele argumenta que é fundamental desenvolver nas crianças e adolescentes a capacidade de analisar, criticar e compreender o conteúdo midiático ao qual estão expostos.

Buckingham (2022) destaca que a educação midiática deve envolver uma abordagem crítica que permita às crianças questionar a natureza das informações que consomem, compreender os processos de produção e distribuição de mídia, e reconhecer os interesses comerciais e políticos por trás dos conteúdos. Essa educação crítica é essencial para que as crianças não sejam meras consumidoras passivas de informações, mas participantes ativos e informados da sociedade cada vez mais imersa nos ambientes digitais.

No "Manifesto da Educação Midiática," David Buckingham sublinha que o trabalho da escola e dos docentes não pode se resumir a três fatores principais:

1. Uso da mídia e da tecnologia como ferramenta: A abordagem não deve se limitar a utilizar a mídia e a tecnologia apenas como instrumentos pedagógicos para facilitar o ensino e a aprendizagem.

2. Alerta contra formas de "mau comportamento": A educação midiática não deve restringir-se a alertar jovens e crianças sobre os perigos e comportamentos inadequados associados ao uso da tecnologia e das mídias digitais.

3. Desenvolvimento de habilidades técnicas e oportunidades de expressão: Embora seja importante desenvolver competências técnicas e proporcionar às crianças oportunidades para se expressarem por meio da mídia, a educação midiática deve ir além dessas práticas.

Ou seja, cabe ao trabalho pedagógico ultrapassar a ideia de riscos ou benefícios, ou de positividade e negatividade das mídias e tecnologias. Buckingham defende que é essencial fugir do determinismo tecnológico, criando um espaço para a reflexão crítica sobre as mídias e tecnologias. A educação deve incentivar os alunos a questionar e entender os contextos em que as tecnologias são usadas, os interesses por trás dos conteúdos e as implicações éticas e sociais desses. O autor destaca que essa educação não deve ser vista como um complemento opcional, mas como uma necessidade urgente para preparar as crianças para uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia e pela informação digital. O mais importante é apostar no desenvolvimento de uma visão crítica mais ampla sobre o funcionamento das mídias e tecnologias como formas de comunicação e cultura, bem como sobre sua atuação como indústrias tecnológicas de mídia.

As tecnologias na educação são mais do que meros instrumentos; são

linguagens, espaços enunciativos que abrangem a materialidade técnica e a composição imagética, escrita e oral. A relação entre esses fatores e a aprendizagem infantil é um campo de estudo crucial para entender os desafios e oportunidades que o digital apresenta. Nesse contexto, compreendemos que esse deslocamento é um reflexo do avanço tecnológico em larga escala, principalmente no que diz respeito a mídias e tecnologias digitais, portanto, os desafios e problemas da pesquisa se refazem constantemente.

Conforme salienta Costa (2010, p. 133), as linguagens podem ser entendidas “não apenas como forma de comunicação oral ou como texto letrado. Linguagem diz respeito a toda forma de expressão, de manifestação que atribui sentido e, assim, inventa, cria algo”. Essa definição compreensiva ressalta que as linguagens não se restringem à palavra falada ou escrita; elas incluem também expressões visuais, sonoras e corporais, entre outras formas de comunicação. Assim, no ambiente digital, onde a interação se dá por meio de diversos meios, como vídeos, imagens, músicas, jogos, palavras, a compreensão das linguagens se torna ainda mais complexa e multifacetada.

Diante disso, a configuração da escola como um espaço cultural aberto emerge como uma proposta interessante, reconhecendo e valorizando a diversidade das formas de linguagem presentes na vida dos estudantes. Um ambiente que se mostra sensível aos significados das mídias e das tecnologias digitais pode facilitar uma aproximação reflexiva com as diferentes narrativas sociais.

Neste contexto, a educação pode ser analisada sob uma outra perspectiva, que transcende a mera transmissão de conhecimentos. Em vez de simplesmente fornecer informações, é possível considerar a formação da capacidade crítica dos alunos, permitindo que eles interpretem, analisem e criem conteúdos de maneira consciente e informada. Assim, a escola pode se transformar em um espaço de diálogo, onde as experiências dos alunos com as diversas linguagens são respeitadas e integradas ao processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem pode, potencialmente, contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e participativos na sociedade contemporânea, refletindo sobre a complexidade das interações entre linguagens, tecnologias e aprendizado.

2.4 Formação escolar das crianças em tempos de tecnologias digitais

A construção social da infância e suas interações sociais e culturais moldam a experiência infantil. As práticas educativas e as interações sociais

influenciam o desenvolvimento das crianças, destacando a necessidade de uma abordagem pedagógica que considere as particularidades de cada ambiente cultural (Melo, 2017). Assim, a humanização da infância está intrinsecamente ligada às práticas educativas que valorizam a subjetividade e a autonomia da criança, reconhecendo-as como agentes de sua própria formação e desenvolvimento, destacando assim, a relevância de uma abordagem educacional que considere as diversidades culturais e sociais presentes na vida infantil.

Na esfera da Educação Infantil, período que abrange a faixa etária de 0 a 5 anos, essa concepção deve se concretizar em ambientes planejados para estimular a brincadeira, a experimentação e a interação. São espaços dinâmicos e acolhedores, nos quais as crianças têm liberdade para explorar e interagir de forma espontânea com o mundo ao seu redor. Nesses ambientes, elas devem experimentar novas ideias e movimentos, se engajar em atividades lúdicas que favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da imaginação.

Em nossa compreensão, a abordagem lúdica na Educação Infantil é essencial, pois a aprendizagem nessa etapa ocorre, sobretudo, por meio do brincar, da interação social e das descobertas pessoais. Contudo, isso não significa desconsiderar o papel do professor nem minimizar a função pedagógica desse segmento da educação. Pelo contrário, como argumentam Arce e Martins (2021) em sua obra *Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?*, o conceito de aprendizagem nessa fase deve reconhecer o ensino como eixo diretivo e constitutivo das práticas pedagógicas. Assim, o ensino na Educação Infantil exige um olhar atento e intencional, no qual o educador atua como mediador, planejando propostas significativas e criando contextos que favoreçam a ampliação das experiências das crianças.

Dessa forma, o brincar não deve ser entendido como uma atividade aleatória ou desprovida de intencionalidade educativa. Pelo contrário, ele representa um eixo estruturante do currículo da Educação Infantil, devendo ser cuidadosamente articulado às demais práticas pedagógicas para garantir uma aprendizagem rica, contextualizada e coerente com o desenvolvimento infantil e o contexto social em que ela vive e se constrói.

À medida que as crianças avançam para a etapa do Ensino Fundamental, dos 6 aos 14 anos, essa realidade torna-se ainda mais significativa e impactante, evidenciando a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite e valorize não apenas os processos individuais de aprendizagem, mas também o

contexto social no qual a escola está inserida.

A escola, enquanto instituição responsável pela sistematização do conhecimento, não pode desconsiderar as influências culturais, econômicas e sociais que atravessam a vida dos estudantes. A aprendizagem, portanto, não ocorre de maneira isolada, mas sim como um processo dinâmico e interativo, permeado pelas relações entre sujeitos e pelos desafios enfrentados no ambiente escolar. Assim, o ensino deve ser planejado de forma intencional, garantindo que os conteúdos abordados estejam conectados às realidades e experiências dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado.

Além disso, é fundamental reconhecer que a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também desempenha um papel ativo na formação cidadã, estimulando o pensamento crítico, a cooperação e o senso de pertencimento. Dessa maneira, uma prática pedagógica que valoriza o contexto social e cultural dos estudantes fortalece o compromisso da educação com a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Essa visão ampliada da aprendizagem, que busca conciliar rigor acadêmico e valorização das experiências individuais, é essencial para um desenvolvimento integral das crianças. No entanto, a formação escolar enfrenta desafios cada vez mais complexos, especialmente diante da necessidade de integrar de maneira crítica e reflexiva as tecnologias digitais ao currículo. A mera introdução de dispositivos tecnológicos no ambiente escolar não garante, por si só, um aprendizado significativo; pelo contrário, sem uma mediação pedagógica intencional, o uso indiscriminado da tecnologia pode reforçar desigualdades e limitar o pensamento crítico.

Por outro lado, o simples banimento dos dispositivos digitais na escola não resolve as questões relacionadas ao uso das tecnologias no ambiente educacional e pode, na verdade, aprofundar o distanciamento entre o contexto escolar e a realidade digital vivida pelos alunos. A proibição indiscriminada de tecnologias pode ignorar o potencial pedagógico que essas ferramentas oferecem, limitando o desenvolvimento de habilidades essenciais para a formação de indivíduos críticos e preparados para o mundo contemporâneo. A escola é um espaço formativo, inclusive para os desafios do mundo digital.

A educação digital não deve se limitar ao mero uso de dispositivos tecnológicos, mas sim fomentar habilidades críticas essenciais para a navegação no ambiente online. Mais do que ensinar a operar ferramentas digitais, a escola precisa desenvolver a capacidade de análise e reflexão dos estudantes,

promovendo a leitura crítica dos conteúdos, a problematização da desinformação e a adoção de práticas éticas e responsáveis na internet.

Dessa forma, a integração das tecnologias no currículo não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo o engajamento ativo dos estudantes. Para que essa abordagem seja efetiva, é imprescindível que professores sejam preparados para atuar nesse cenário, superando concepções reducionistas que limitam a tecnologia a um mero recurso didático. Assim será possível transformar o ambiente escolar em um espaço de produção de conhecimento crítico, capaz de formar cidadãos reflexivos e socialmente comprometidos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme destacamos na introdução do trabalho, a pesquisa realizada se configura como qualitativa, utilizando procedimentos próprios da pesquisa documental. Adotamos essa abordagem para examinar documentos e fontes textuais específicas, os textos publicados pela Revista Emília sobre telas, mídias, tecnologias e infância. Buscamos identificar padrões, perspectivas e interpretações significativas para a compreensão do tema entre o período de 2020 a 2024.

Ao contrário da pesquisa experimental, que visa testar hipóteses por meio de novos dados, a pesquisa documental sintetiza e analisa informações já disponíveis. Para isso, Cechinel et al. (2016) afirmam que a análise documental começa com a definição da fonte, a coleta do material e a avaliação preliminar de cada documento, envolvendo o exame e a crítica sob os seguintes aspectos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar de acordo com as necessidades do pesquisador. Após essa fase inicial, procede-se à análise documental propriamente dita, que inclui a definição de critérios claros de inclusão e exclusão para selecionar fontes relevantes. Esta etapa assegura que apenas os dados mais pertinentes sejam considerados, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Assim, para investigar como a produção escrita da Revista Emília focaliza as transformações e os desafios ocasionados pela presença das tecnologias na infância, os passos da análise documental foram delineados da seguinte forma:

1. Análise exploratória da fonte da pesquisa: A análise exploratória da fonte de pesquisa envolveu uma leitura global da Revista Emília, considerando diversos elementos que configuram o site. Primeiramente, observamos a organização geral do layout, atentando para a disposição das abas, que facilitam o acesso aos diferentes tipos de conteúdo oferecidos, como artigos, resenhas, entrevistas e notícias. Além disso, dedicamos especial atenção aos patrocinadores e apoiadores do site, buscando compreender quais entidades apoiam e influenciam a linha editorial da revista. Também foi considerada a história institucional registrada no site, que revela seu percurso editorial e os principais objetivos que sustentam sua atuação no campo da literatura infantil. Essa análise inicial forneceu um panorama do contexto em que os textos são produzidos e publicados, permitindo uma compreensão mais ampla dos fatores que podem influenciar o conteúdo editorial e direcionar as abordagens e

prioridades da revista.

2. Seleção dos Documentos: Iniciamos o processo de identificação e seleção dos documentos relevantes para a análise na fonte de estudo, abrangendo todas as edições da revista publicadas entre 2020 e 2024. Nesta etapa, adotamos uma abordagem ampla e inclusiva, coletando todos os conteúdos relacionados às temáticas de tecnologias e mídias, sem realizar uma triagem prévia mais restrita. Este procedimento permitiu uma primeira aproximação com o material de forma mais extensa, proporcionando uma visão geral do tratamento dado a esses temas ao longo dos anos, sem, por enquanto, entrar em uma análise profunda. A partir dessa seleção inicial, foi possível identificar tendências, abordagens recorrentes e os diferentes enfoques adotados pela revista no que se refere ao uso das tecnologias e mídias no contexto educacional e social.

3. Avaliação do material: Após a coleta inicial, realizamos uma triagem minuciosa, em que cada texto foi avaliado quanto à sua pertinência e aplicabilidade aos objetivos da pesquisa. Essa etapa envolveu a leitura completa dos documentos para garantir um entendimento profundo das argumentações e metodologias utilizadas.

Com essa abordagem sistemática, conseguimos compilar um conjunto diversificado de textos que não só aborda o tema central da pesquisa, mas também oferece diferentes perspectivas e interpretações sobre a infância no mundo contemporâneo. Essa abordagem, nos permitiu realizar uma análise mais abrangente e fundamentada, contribuindo para a construção de um conhecimento mais robusto sobre o assunto em questão. Realizamos uma avaliação preliminar de cada documento, considerando o contexto, autoria, interesses, confiabilidade e natureza do texto.

4. Análise dos textos: Nesse momento procuramos extrair temas principais, conceitos-chave e padrões recorrentes relacionados aos desafios das tecnologias na formação das crianças. Construímos inferências sobre as intenções explícitas nos documentos analisados, considerando como esses elementos influenciam a abordagem da Revista Emília sobre o tema.

5. Síntese e conclusões: Por fim, buscamos sintetizar os resultados da análise documental, destacando as principais descobertas e conclusões sobre como a Revista Emília trata os desafios das tecnologias na infância, especialmente em relação ao desenvolvimento infantil.

Com esses passos, foi possível identificar, catalogar e analisar os materiais de modo a produzir uma análise sobre o tema da pesquisa, respondendo ao problema formulado. Esse processo inclui a sistematização rigorosa dos dados e

a seleção criteriosa dos conteúdos, garantindo que a análise final esclareça as questões propostas.

3.1 A fonte de pesquisa e a seleção dos textos para a análise

3.1.1 A Revista Emília: panorama geral

A Revista Emília é uma publicação digital com acesso aberto, fundada em 2010, voltada para a formação de leitores, o papel dos livros e da literatura infantil. Defende em sua página institucional Tem como missão a democratização e o fortalecimento do direito à leitura, à literatura e à cultura, bem como a produção, o compartilhamento e a difusão de conhecimentos no trato constante dos dilemas e questões impostos pela contemporaneidade.

Criada por um grupo de profissionais da área da educação e do mercado editorial, a revista se consolidou como um importante espaço de debate e reflexão sobre o papel da literatura infantil, as práticas educativas e as políticas culturais que impactam a formação de leitores. Nessa publicação, profissionais envolvidos com a literatura infantil e a educação, constituído por escritores, educadores, editores e pesquisadores buscam contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de leitura no Brasil.

A Revista Emília é uma publicação de divulgação e não uma revista acadêmica. Em 2024, seu Conselho Editorial é composto por nomes influentes, como Bel Santos Mayer, Bruno Souza, Carla Nieto Vidal, Elena Pasoli, Giselly Lima, Inês Boguea, Ines Miret, Janine Durand, José Castilho Neto, Mônica Correia Baptista, Neide Almeida, Patrícia Lacerda, Sara Bertrand e Valéria Pergentino, licenciados em educação, comunicação e jornalismo , com frentes de atuação no Brasil, Itália e Espanha.

O periódico publica ensaios, reflexões e análises que promovem uma perspectiva crítica sobre o campo da literatura e a mediação de leitura, abrangendo um amplo leque de temáticas que se organizam em diversas seções, reunindo discussões sobre práticas de leitura, políticas culturais, mediação de leitura e os impactos das novas tecnologias.

A Revista Emília organiza seu conteúdo em seções principais que estruturam e direcionam seus temas. Entre elas estão:

- Palavras dos Editores: espaço em que os editores compartilham visões e perspectivas que norteiam a edição.
- Polêmicas e Reflexões: espaço para debates críticos sobre temas emergentes no campo da literatura e da cultura.
- Literatura e Crítica: dedicada a análises aprofundadas de obras

literárias e discussões sobre teoria e crítica literária.

- Entrevista: apresenta diálogos com autores, educadores e especialistas, explorando suas experiências e ideias.

- Mundo do Livro: aborda temas do universo editorial, como tendências, desafios e novidades do mercado de livros.

- Bibliografia: seção que recomenda leituras relevantes e comentadas sobre temas abordados pela revista.

- Destaques Emília: traz resenhas e recomendações de obras e eventos importantes, destacando iniciativas inovadoras e impactantes no campo da literatura infantojuvenil.

Figura 1: Página de abertura da Revista Emília



Revista Emília: Disponível em: <https://emilia.org.br/revista-emilia/> . Acesso em: 03 de novembro de 2024.

Atualmente, o projeto “Emília” vai além da revista fundada em 2010 e transformou-se em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, dedicada à produção de conteúdo, à formação de leitores e à promoção do livro e da leitura. Essa OSC abrange diferentes frentes de atuação, incluindo a própria Revista Emília, o Selo Emília, o Educativo Emília e serviços de consultoria.

Por meio dessas iniciativas, a entidade – que se declara independente – busca estar presente nos diversos níveis de sua área de atuação, participando das principais discussões teóricas, desenvolvendo práticas inovadoras e apoiando projetos semelhantes. A organização continua a oferecer conteúdo gratuito na Revista Emília, nos Cadernos Emília e em outras publicações institucionais. Para viabilizar essas atividades, mobiliza recursos por meio de cursos, consultorias, seminários, exposições e pelo Programa de Amigos e Amigas da Emília.

Na produção da Organização destacam-se os Cadernos Emília, publicações com textos cuidadosamente elaborados e ricamente ilustrados, que abordam a questão da formação de leitores. Esse material busca explorar

as etapas e desafios do desenvolvimento da leitura desde a infância, promovendo a reflexão sobre estratégias de mediação e apresentando referências teóricas e práticas relevantes.

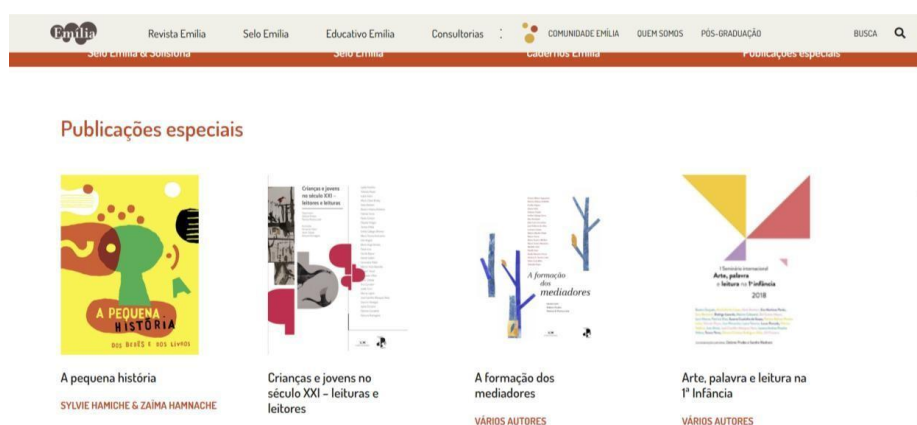
Figura 2: Capas dos Cadernos Emília



Fonte: Plataforma Emília. Disponível em: <https://emilia.org.br/revista-emilia/>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

Destacam-se também as publicações especiais, que reúnem um volume significativo de livros e textos voltados para a temática da educação infantil, da literatura para crianças e das práticas de leitura na infância. Essas edições oferecem um panorama abrangente sobre as discussões contemporâneas no campo da formação leitora, trazendo reflexões teóricas e experiências práticas que evidenciam a importância do acesso ao livro e à leitura desde os primeiros anos de vida. Além disso, essas publicações frequentemente abordam o papel das políticas públicas, das bibliotecas e do mercado editorial na promoção da leitura, contribuindo para um debate mais amplo sobre os desafios e as possibilidades da educação literária na infância.

Figura 3: Publicações Especiais - Emília



O editorial publicado em dezembro de 2024 faz um balanço do trabalho desenvolvido pelo Instituto Emília, oferecendo um panorama das principais ações realizadas e dos desafios enfrentados pelo grupo ao longo do período. Esse texto reflete sobre as conquistas e os avanços alcançados, e evidencia as dificuldades e os dilemas que permeiam a atuação do instituto, especialmente no que diz respeito à promoção da leitura e à formação de leitores na infância. Além disso, o editorial serve como um exemplo concreto de como o Instituto Emília estrutura suas iniciativas, destacando suas estratégias de intervenção, parcerias estabelecidas e o impacto de suas atividades no campo da educação e da literatura infantil.

2024: Entre colheitas e intempéries

Desafiador. Talvez esse seja o adjetivo mais adequado para definir o ano que se encerra. A esperança por melhores tempos para o livro e a leitura passou longe, e 2024 entra para a história como um dos anos mais complexos para o mundo editorial e para a promoção da leitura nas últimas décadas.

É impossível ignorar os efeitos de um contexto mundial marcado por barbáries contra infâncias e juventudes, por conflitos, genocídios e racismo em escala global. Um ano que nos obrigou a questionar e repensar o sentido de nossas ações e projetos.

No entanto, 2024 não foi apenas desafiador; foi também profundamente contraditório. Apesar de discursos celebrando investimentos e políticas que, até agora, permanecem no papel, sobrevivemos. Mais que isso, sobrevivemos colhendo frutos de sementes plantadas com persistência e cuidado ao longo dos anos.

Deixando de lado as adversidades, o Instituto Emília encerra o ano com realizações significativas:

Presença na Feira de Bolonha

Pela segunda vez, o Instituto Emília marcou presença com seu estande na Feira de Bolonha, reforçando o peso, o reconhecimento e o prestígio internacional de nosso projeto. E como porta-voz da melhor produção editorial nacional.

Lançamento do curso de pós-graduação “Leituras sem Fronteiras: mediação e formação de leitores”

Uma parceria entre o Instituto Emília, a Pedagogia para a Liberdade e o Ecossistema SOMAS, esse lançamento marca a maturidade do projeto Emília. Depois de anos como difusor de conhecimento, a partir de agora cria as suas bases para a sua produção e reprodução.

Expansão do Selo Editorial Emília

Em parceria com a Solisluna Editora, ampliamos nosso catálogo com títulos indispensáveis no campo do livro e da leitura. Autores como Felipe Munita, Janine Durand, Luciana Gerbovich e nossa já conhecida Sara Bertrand enriqueceram um catálogo que já conta com amplo reconhecimento no mercado.

Manutenção da Revista Emília on-line

Após quase 15 anos de existência, a revista manteve sua regularidade, trazendo à tona debates relevantes e urgentes sobre infâncias e seu futuro – um feito que merece ser celebrado.

Lançamento do Guia Destaques 2023

Disponibilizamos mais uma edição do guia, agora também em inglês, que foi levada à Feira de Bolonha, fortalecendo nosso alcance internacional.

Todas essas conquistas não seriam possíveis sem o comprometimento e o trabalho voluntário da equipe Emília e de nossos parceiros, a quem expressamos nossa profunda gratidão.

E seguimos em frente, “inventando moda”. Muitas surpresas nos aguardam em 2025!

Desejamos um excelente final de ano e um 2025 repleto de realizações com vistas a um mundo melhor, mais humano e tolerante.

Os editores

Plataforma Emília. Disponível em: <https://emilia.org.br/colheitas/> . Acesso em: 22 de dezembro de 2024.

O nome do Instituto Emília remonta a famosa personagem da literatura infantil brasileira. A personagem Emília, criada por Monteiro Lobato, é uma das figuras mais emblemáticas da literatura infantil brasileira. Presente na obra *O Sítio do Picapau Amarelo*, Emília é uma boneca de pano que ganha vida após tomar uma pílula do Doutor Caramujo, tornando-se uma personagem irreverente, questionadora e extremamente crítica. Diferente das bonecas tradicionais, Emília possui uma personalidade forte, marcada por sua curiosidade insaciável e por uma fala direta e sem filtros, o que a torna um símbolo da liberdade de pensamento e da autonomia infantil. Ao longo das histórias, sua postura desafiadora e criativa promove reflexões sobre a infância, o conhecimento e o próprio ato de contar histórias.

3.1.2 Revista Emília: aspectos específicos

As edições da Revista Emília analisadas apresentam um design gráfico atrativo para educadores, mediadores e formadores de leitores, com uma disposição visual que favorece a leitura e facilita o uso em contextos pedagógicos. Além das cores vibrantes e imagens inspiradoras, os materiais incluem sugestões de leitura e ilustrações que ampliam o repertório de docentes e mediadores, enriquecendo sua formação. Esse conteúdo visual e textual é elaborado para apoiar a formação de educadores e profissionais que atuam no ramo de livros infantis, proporcionando um recurso valioso para quem atua na promoção da leitura e formação de novos leitores.

A revista destaca-se pela qualidade editorial, demonstrada pela seleção cuidadosa de artigos, revisão por pares e padrões de ética e rigor acadêmico. Os artigos publicados passam por um processo de avaliação e seleção, garantindo a qualidade dos textos e em diversas áreas de estudo. Além disso, a revista mantém uma política editorial, com a participação de renomados pesquisadores e profissionais na área, assegurando a excelência nas publicações e a credibilidade da revista no meio educacional.

A Revista Emília adota uma política de acesso aberto, permitindo que todos os artigos publicados sejam livremente disponibilizados na plataforma online, sem custos para os leitores. Além disso, a revista possui políticas de acesso à informação, promovendo a transparência e a disseminação do conhecimento. Essas práticas contribuem para ampliar o alcance dos trabalhos publicados e

fortalecer a democratização do conhecimento na comunidade acadêmica, escolar e científica.

Verificamos que há publicação de artigos provenientes de diferentes disciplinas e áreas de pesquisa, com diversidade de abordagens e contribuições para o avanço da discussão sobre a formação de mediadores de leitura e o trabalho pedagógico em torno da literatura infantil.

Observamos que a questão do racismo, da diversidade cultural, da migração, da questão indígena, entre outras, recebe atenção nas publicações do periódico.

Assim, é possível destacar méritos da revista, incluindo sua relevância acadêmica, qualidade editorial, diversidade e interdisciplinaridade dos artigos, políticas de acesso aberto, colaborações com instituições de pesquisa, inovações e contribuições para a área de estudos, reconhecimento internacional, retorno favorável de leitores e pesquisadores, impacto social e contribuições significativas para a comunidade acadêmica.

Há uma variedade de autores e colaboradores que publicam na revista, inclusive de outros países, sobretudo da Espanha e da Itália. Além disso, observamos que há um esforço para a constituição de uma rede de interlocução, apoio e financiamento, que promove a troca de informações e a interação com os sujeitos envolvidos, promovendo o diálogo e difusão de conhecimento.

Embora a leitura digital e a literatura digital estejam amplamente presentes na realidade atual, o espaço destinado a essa temática no âmbito educacional ainda é restrito. Observamos também que a revista não explora suficientemente as questões relacionadas ao uso de tecnologias digitais por crianças, apresentando um número limitado de textos voltados para a discussão sobre a infância e a mediação tecnológica. Avaliamos que essa escassez de conteúdos torna o acervo da revista menos abrangente no tratamento desse tema relevante.

3.1.3 Os textos selecionados para a análise

Para atender ao objetivo de investigar como a produção escrita da Revista Emília aborda os desafios da presença das mídias, telas e tecnologias digitais na infância, foram selecionados textos publicados entre os anos de 2020 a 2024, conforme anunciado na introdução do trabalho.

Para realizar o levantamento, utilizamos palavras-chave no sistema de busca da Revista, como "tecnologias," "telas digitais," "informação," "leitura digital," "hipertextos," "conectividade," "era digital," "rede," "mídias," "literatura digital," "tendências tecnológicas e infâncias". A diversidade de termos foi

escolhida para otimizar o sistema de busca, aumentando a identificação de textos relevantes e garantindo que a pesquisa abarcasse uma gama de tópicos abordados pela revista. Esse processo também facilitou a organização dos achados, permitindo a indexação e acesso a informações específicas, essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Com base nesses critérios de inclusão, foi possível selecionar os textos que atendem aos parâmetros estabelecidos e que serão analisados detalhadamente pela pesquisadora. A análise abrangeu aspectos específicos de cada texto, procurando abarcar como eles abordam o tema da pesquisa e de que maneira se conectam aos objetivos estabelecidos.

Quadro 1: Levantamento de textos sobre o tema, Revista Emília

Título	Seção	Autoria	Ano de publicação	Endereço eletrônico
As tecnologias nos contos de fadas	Polêmicas e reflexões	Décio Teobaldo	2020	https://emilia.org.br/as-tecnologias-nos-contos-de-fadas/
Isto não é uma escola, ou é?	Formação de leitores	Inés Dussel	2020	https://emilia.org.br/isto-nao-e-uma-escola-ou-e/
Ler e escrever na era da Pós-Verdade	Polêmicas e reflexões	Januária Cristina Alves	2020	https://emilia.org.br/ler-e-escrever-na-era-da-pos-verdade/
Ficção, folclore e fake news	Polêmicas e reflexões	Januária Cristina Alves	2021	https://emilia.org.br/ficcao-folclore-e-fake-news/
Por uma Pedagogia das Mídias teoricamente coerente e praticamente exequível	Entrevista	<i>David Buckingham</i>	2021	https://emilia.org.br/por-uma-pedagogia-das-midias-teoricamente-coerente-e-praticamente-exequivel/
Precisamos falar de educação midiática	Entrevista	Januária Cristina Alves - Priscilla Brossi Gutierre	2021	https://emilia.org.br/precisamos-falar-de-educacao-midiatica/

re-vê-ja: Bradbury, Iversson e a TV	Polemica s e reflexões	Magno Rodrigues Faria	2021	https://emilia.org.br/re-ve-ja-bradbury-iversson-e-a-tv/
Leiturar	Polêmica s e reflexões	Maria Emília Lopes	2022	https://emilia.org.br/leiturar/
A Educação Midiática: limites e possibilidades	Literatur a e crítica	Januária Cristina Alves	2023	https://emilia.org.br/a-educacao-midiatica-limites-e-possibilidades/
Literatura e infâncias – desafios contemporâneos	Polêmica s e reflexões	Dolores Prades	2023	https://emilia.org.br/literatura-e-infancias-desafios-contemporaneos/
Entrevistamos. .. Cecília Bajour	Entrevist a	Cecília Bajour	2024	https://emilia.org.br/entrevistamos-cecilia-bajour/
O respeito às infâncias	Formaçã o de leitores	José Castilho Marques Neto	2024	https://emilia.org.br/o-respeito-as-infancias/

Fonte: Revista Emília, 2020 a 2024

Após coleta dos dados a partir de uma leitura minuciosa , os textos acima foram organizados e categorizados de acordo com os assuntos em comum, contribuindo para a construção das categorias de análise as quais serão tratadas no capítulo a seguir, com o objetivo de aprofundar a análise sobre o conteúdo dos artigos da revista que foram selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de construção das categorias de análise envolveu algumas etapas que foram fundamentais na organização e interpretação dos dados qualitativos, baseados em Bardin (1997). A partir de uma leitura flutuante, possibilitou a identificação de tema e padrões (pré-análise), seguidos da exploração do material agregados em unidades de sentido, buscando padrões, relações e significados que emergiram dos dados e, por fim, a partir do levantamento e organização das fontes de pesquisa, foi possível agrupá-los em torno das categorias a partir dos objetivos da pesquisa.

Os textos selecionados para a análise final deste trabalho revelaram-se um material enriquecedor e instigante, proporcionando uma reflexão sobre as questões que envolvem a infância, as mídias e as tecnologias. Por se tratar de uma revista voltada à promoção da leitura e ao papel fundamental dos educadores nesse contexto, foi particularmente interessante observar as interconexões que emergem da confluência entre o tempo da infância e as profundas transformações que o acesso às tecnologias tem provocado nessa fase da vida. A leitura atenta do conjunto de textos nos possibilitou estruturar a análise em três categorias centrais:

1. Livros e telas: fantasia, ficção, imaginação e a infância no panóptico digital
2. A escola e a infância no mundo digital
3. Educação para/com as mídias e tecnologias

Abordaremos a seguir, essas categorias, acompanhadas da análise dos textos que as sustentam.

4.1 Categoria de análise 1 - Livros e telas: fantasia, ficção, imaginação e a infância no panóptico digital

Nesta categoria, incluímos os textos que convergem para a análise dos desafios enfrentados na construção da infância em um mundo cada vez mais dominado pelos recursos tecnológicos digitais, que, de certa forma, capturam a infância. Nessa perspectiva, destaca-se também o papel fundamental que a imaginação e os livros desempenham nesse período formativo. A seguir, vamos explorar o que os textos trazem sobre essas questões.

Texto1: As tecnologias nos contos de fadas, por Dêlcio Teobaldo

Na tentativa de reencontrar o caminho de volta à casa dos pais, Joãozinho antecipou em centenas de anos a criação do GPS, podemos afirmar, sem receio algum, pois somente a fantasia se permite contrariar a Rosa dos Ventos, que a Casa de Doces da Bruxa Ranheta era um gigantesco smartphone. Afinal, quem resiste ao desejo de saborear (não se esqueçam que sabor e saber possuem o mesmo radical latino, *sapere*), tocar, provar, experimentar o alcance, os recursos de um tablet, ou de um celular, achados numa floresta? (Dêlcio Teobaldo, 2020)

Este texto explora a relação entre tecnologia, narrativa e cultura digital, ressaltando como os contos de fadas são reinterpretados à luz das novas tecnologias. O autor constrói um texto que articula elementos do imaginário tradicional com avanços tecnológicos, sugerindo que dispositivos e recursos contemporâneos – como o GPS, as senhas digitais e os drones – possuem equivalentes simbólicos nos contos de fadas. Essa abordagem metafórica reforça a ideia de que a fantasia e a tecnologia compartilham um mesmo princípio: a capacidade de transformar a realidade e expandir os limites da experiência humana.

O texto adota um tom ensaístico e provoca reflexões sobre o impacto das tecnologias na construção do conhecimento e da subjetividade, problematizando, por exemplo, a nomofobia como um efeito colateral do uso desenfreado dos dispositivos digitais. Há, ainda, uma crítica subjacente à maneira como a tecnologia se apropria da fantasia, sem que seus usuários reflitam sobre os custos sociais e ambientais desse avanço – o que se evidencia na menção ao Kobold e ao cobalto, estabelecendo um elo entre mitologia, extração mineral e consumo tecnológico.

O texto também dialoga com a tradição oral e escrita, destacando a necessidade de recontar e ressignificar narrativas para compreender o mundo contemporâneo. O uso de um estilo metafórico e intertextual sugere que as histórias clássicas permanecem vivas, adaptando-se aos contextos socio tecnológicos atuais e permitindo novas leituras sobre a relação entre infância, tecnologia e cultura.

No contexto dinâmico e multifacetado do mundo contemporâneo, onde diversas formas de linguagens, dispositivos, e possibilidades se apresentam, há um aspecto fundamental que não pode ser ignorado: a relação intrínseca entre a infância, a imaginação e a realidade. Para o autor essa conexão precisa ser preservada, como um vínculo essencial que orienta o desenvolvimento infantil.

Dessa forma, as crianças podem explorar as amplas oportunidades

oferecidas pela tecnologia e pelos ambientes digitais. No entanto, esse contato precisa ser mediado com cuidado e pensamento crítico, sem negligenciar o papel essencial das histórias e das narrativas que nutrem sua imaginação e desenvolvimento. Lançá-las de forma ingênua nesse universo seria como deixá-las sozinhas na casa de doces da Bruxa — uma metáfora para os atrativos sedutores, mas potencialmente perigosos, do smartphone. É preciso garantir que a tecnologia seja um instrumento de aprendizado e criatividade, e não um espaço de vulnerabilidade e consumo irrefletido.

Texto 2: Ficção, folclore e fake News, por Januária Cristina Alves

O texto de Januária Cristina Alves apresenta uma reflexão instigante sobre a relação entre ficção, folclore e *fake news*, destacando como as histórias moldam nossa compreensão da realidade. A autora argumenta que, em tempos de desinformação e pós-verdade, torna-se cada vez mais difícil distinguir fato de ficção, pois as narrativas são usadas tanto para revelar verdades profundas quanto para obscurecê-las.

Ela ressalta que a ficção, diferentemente da mentira, busca expor verdades humanas, conforme defendido por escritores/as como Margaret Atwood, Salman Rushdie e Fernando Aramburu. Para combater a desinformação, a autora enfatiza a importância de consumir múltiplas perspectivas e conhecer histórias de diversas fontes, pois isso amplia nosso repertório crítico e nos ajuda a compreender o mundo de maneira mais complexa.

O folclore também é abordado como um elemento essencial para a construção da identidade cultural de um povo, sendo um espelho de questões sociais e históricas. A autora destaca a série *Cidade Invisível* como um exemplo de como a ficção pode trazer à tona problemas da realidade vivida pela sociedade, como desmatamento, exclusão social e preconceito, ao reimaginar personagens do folclore brasileiro em um contexto contemporâneo.

Por fim, o artigo sugere que a valorização da literatura, do cinema e da tradição oral pode ser um caminho para combater a desinformação, pois as histórias não apenas nos ensinam sobre o mundo, mas também promovem a empatia. Como Eduardo Galeano sintetizou, mais do que átomos, somos feitos de histórias.

Texto 3: Leiturar, por Maria Emilia Lopes

O texto expõe uma reflexão sobre a importância da linguagem e da leitura no desenvolvimento das crianças, especialmente em tempos de pandemia, quando a proximidade física e as interações presenciais foram severamente limitadas. A autora propõe o conceito de "leiturar", um verbo que ela utiliza para descrever o processo afetivo e narrativo de envolver-se com a leitura de maneira sensível e amorosa, especialmente com crianças pequenas.

A autora parte da observação de que, desde muito cedo, as crianças começam a se envolver com os livros e os significados que eles carregam. Mesmo antes de aprenderem a "ler" propriamente dito, elas começam a entender o funcionamento da linguagem visual e simbólica através dos desenhos, das imagens e das histórias contadas. A prática do "leiturar" envolve uma mediação em que o adulto, ao compartilhar a leitura com a criança, não apenas transmite palavras, mas também cria um espaço de afeto e de interação emocional.

A ideia de que "leiturar" vai além do ato de simplesmente "dar a ler", pois envolve uma troca significativa e íntima, em que o ato de ler se torna uma forma de iniciação ao mundo das palavras e dos sentimentos. Essa relação de intimidade e compromisso entre o leitor e o "leiturado" (a criança, ou qualquer pessoa que está sendo lida), ajuda a construir uma experiência afetiva e cognitiva rica, que possibilita o desenvolvimento de uma "interioridade", como é o caso de Valentín, Margarita e Úrsula, cujas histórias mostram o impacto profundo da leitura em suas vidas.

Além disso, a autora reflete sobre o impacto social e político de "leiturar". Ela sugere que, em tempos de crescente individualismo e isolamento, práticas de leitura compartilhada podem ser uma forma de promover empatia, hospitalidade e alteridade, ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva e sensível às diferenças. Ao considerar "leiturar" como um exercício de escuta e atenção ao outro. A autora propõe que esse gesto de acolhimento e de busca pelo entendimento do outro pode ser uma poderosa ferramenta para superar as dificuldades de comunicação e as barreiras sociais.

Em relação à infância e às tecnologias, essa proposta ganha relevância ao pensar como o ato de "leiturar" pode ser moldado e até desafiado pela presença constante das tecnologias digitais na vida das crianças. Na era digital, as crianças têm acesso imediato a uma infinidade de informações e conteúdos por meio de dispositivos tecnológicos. No entanto, esse acesso pode muitas vezes ser superficial e desprovido de um envolvimento afetivo, que é central no conceito de "leiturar". A prática de "leiturar" — que envolve uma mediação afetiva

e sensível entre o adulto e a criança, permitindo que a leitura se torne uma experiência de troca e de construção emocional — é algo que precisa ser preservado em meio ao crescente impacto das tecnologias. Ao contrário das interações digitais muitas vezes rápidas e fragmentadas, o "leiturar" propõe um espaço de reflexão, afeto e conexão mais profunda, que as tecnologias, se mal orientadas, podem dificultar.

A leitura mediada pelo adulto, no formato tradicional de livros e histórias contadas, propõe uma experiência de interioridade e construção de sentidos que é distinta da interação rápida e muitas vezes impessoal proporcionada pelos dispositivos digitais. Contudo, ao lado disso, as tecnologias também podem ser vistas como aliadas nesse processo, quando usadas de forma equilibrada. Recursos digitais como *audiobooks*, plataformas de leitura interativa e *apps* educativos podem ajudar a criar experiências de "leiturar" que integrem a tecnologia sem perder a riqueza afetiva e cognitiva que esse processo exige.

Assim, o conceito de "leiturar" não deve ser visto como algo antítese à tecnologia, mas como um convite para que o uso dessas ferramentas seja feito de forma a valorizar o vínculo afetivo e a construção de sentidos, tão essenciais ao desenvolvimento da criança. Em tempos de crescente uso de dispositivos digitais, é fundamental que esse ato de leitura se mantenha como um exercício de escuta, sensibilidade e cuidado, não apenas com o texto, mas com o outro e com o mundo.

Texto 4: Literatura e infâncias – desafios contemporâneos, por Dolores Prades

A análise apresentada oferece uma visão sobre a literatura infantil e a maneira como ela é moldada, tanto pelas mudanças sociais quanto pelos desafios que a contemporaneidade impõe. Ao relacionar este cenário com o uso das tecnologias na infância, podemos perceber algumas intersecções cruciais, especialmente em relação ao desenvolvimento da leitura e à formação de leitores críticos e profundos.

A perda das referências culturais ancestrais e a substituição da tradição oral é um fato contemporâneo. A análise menciona a perda progressiva das referências culturais da tradição oral e como isso afeta as crianças. De forma similar, a crescente presença das tecnologias digitais na vida das crianças tem contribuído para a perda de práticas tradicionais de leitura e interação social. O foco em dispositivos digitais, que muitas vezes priorizam conteúdos rápidos e superficiais (imagens, vídeos, jogos), pode prejudicar o desenvolvimento de um

vínculo mais profundo com a linguagem e a literatura, aspectos essenciais para o desenvolvimento emocional e psíquico saudável das crianças.

Em muitos contextos, as crianças já nascem em um mundo conectado, onde a voz poética, as histórias transmitidas oralmente e os livros podem ser substituídos por estímulos digitais. Isso representa um desafio adicional, uma vez que essas novas tecnologias, se não mediadas adequadamente, podem afastar as crianças de experiências de leitura profunda e empática.

A análise também faz referência a uma crise civilizatória que se manifesta por meio da desigualdade, das guerras e da violência. No contexto atual, as tecnologias digitais podem ser vistas como mais um reflexo dessa crise, pois elas entram em contato com as infâncias de maneira desigual, ampliando ainda mais as disparidades sociais. O acesso a dispositivos tecnológicos nem sempre é igual, e muitas crianças são expostas a conteúdos violentos e desumanizantes, seja pela via das redes sociais, jogos ou vídeos.

Além disso, as plataformas digitais, muitas vezes, agem como uma extensão do mercado capitalista, com suas ferramentas de consumo rápido e constante. Para algumas crianças, a tecnologia se torna uma forma de entretenimento, e para outras, ela se traduz em um mecanismo de acesso a informações perturbadoras ou distorcidas, sem a mediação necessária. Assim, o papel da tecnologia na infância se torna complexo, sendo, ao mesmo tempo, uma porta de acesso ao conhecimento e um terreno fértil para o consumo passivo de conteúdos.

A importância da mediação no contexto digital se impõe nos dias atuais. A questão da mediação, abordada na análise se relaciona diretamente com o uso das tecnologias na infância. O mediador (seja o professor, o bibliotecário ou o responsável) tem uma função importante não só na escolha dos livros, mas também no direcionamento das crianças no uso das tecnologias. Assim como no campo da literatura, em que o mediador escolhe e compartilha leituras que estimulem a reflexão e o pensamento crítico, na era digital, é igualmente necessário que os adultos ajudem as crianças a navegar no vasto mar de informações, orientando-as quanto à qualidade e à veracidade dos conteúdos que consomem.

Além disso, o uso da tecnologia precisa ser parte integrante da formação de um leitor crítico. A leitura digital, muitas vezes fragmentada e superficial, pode ser um obstáculo ao desenvolvimento de uma leitura reflexiva e empática. A mediação tecnológica, então, deve procurar integrar as potencialidades da internet e das ferramentas digitais à formação de leitores mais complexos, que

possam, por exemplo, “ler os silêncios” e se engajar com os enigmas que a literatura propõe.

A leitura atenta é um desafio, pois segundo a autora há uma tendência crescente de as crianças se concentrarem em conteúdos rápidos e fragmentados. Isso se aplica ao consumo de informações digitais, onde a sobrecarga de dados pode dificultar a formação de um leitor profundo, capaz de conectar-se empaticamente com outras realidades e enxergar além das superfícies dos textos ou conteúdos consumidos. As tecnologias oferecem uma vasta gama de recursos educativos, mas, em grande parte, elas priorizam uma leitura “superficial”, que contrasta com a leitura literária tradicional, mais reflexiva e lenta. Nesse sentido, a literatura e a formação de leitores exigem o cultivo de habilidades que as tecnologias, por sua natureza, não favorecem, como a paciência, a concentração e a capacidade de refletir criticamente sobre o que se lê.

A autora defende que o papel das bibliotecas e da literatura infantil digitalizada é cada vez mais importante. As bibliotecas, sejam públicas ou comunitárias, têm um papel fundamental na democratização do acesso à literatura, mas, no mundo digital, elas também precisam se adaptar e repensar suas práticas. A digitalização dos livros e o uso de plataformas de leitura podem ampliar o acesso a obras literárias, mas isso não pode se traduzir em uma substituição do contato físico com os livros. Mais importante ainda é que, nas bibliotecas digitais e nas plataformas de leitura online, a mediação seja igualmente efetiva, com o objetivo de promover uma leitura reflexiva e inclusiva. O uso das tecnologias pode, assim, ser um aliado na luta pela democratização do direito à literatura, mas sem perder de vista os desafios que elas impõem ao desenvolvimento de leitores críticos, profundos e empáticos.

Texto 5: Entrevistamos... Cecília Bajour, entrevista realizada por Priscilla Brossi Gutierre

O livro *Cartografias dos encontros: Literatura, silêncio e mediação*, de Cecília Bajour, propõe uma reflexão sobre o papel da leitura no desenvolvimento da imaginação, do silêncio e da ficção, componentes essenciais para a mediação literária. A autora percebe a experiência leitora, valorizando a imaginação e o silêncio como partes fundamentais da construção do conhecimento e da formação do sujeito. Esses conceitos se tornam especialmente relevantes ao discutirmos o impacto das tecnologias digitais no processo de leitura das

crianças e na mediação pedagógica.

Inicialmente a imaginação e o silêncio como elementos da formação do leitor crítico são destacados na entrevista. Bajour propõe que a imaginação e o silêncio são fundamentais na mediação de leitura, pois permitem a criação de espaços de reflexão e construção de significados. Ao considerar o uso das tecnologias digitais, esse ponto é ainda mais pertinente. No ambiente digital, as crianças são constantemente expostas a estímulos rápidos e fragmentados, que dificultam o desenvolvimento de uma atenção contínua. O excesso de informações, que muitas vezes envolve conteúdos visuais e sonoros, pode reduzir a capacidade de meditar e refletir sobre o texto de forma autônoma. Nesse contexto, a mediação da leitura precisa resgatar espaços de silêncio, onde a criança tenha tempo e espaço para imaginar e digerir as narrativas, sem ser sobrecarregada pela velocidade das interações digitais.

As tecnologias digitais, embora ofereçam uma enorme riqueza de recursos interativos, podem, paradoxalmente, reduzir a experiência de imersão na leitura. O silêncio, no qual Bajour insiste, é um antídoto necessário para a fragmentação da experiência leitora proporcionada por mídias rápidas. Por isso, a mediação de leitura deve trabalhar para que as crianças não apenas consumam informações, mas que possam "escutar" as histórias e "sentir" os textos de maneira profunda, como algo mais do que um simples entretenimento. Outro ponto relevante abordado por Bajour é a relação entre ficção e realidade e os efeitos do politicamente correto nas obras infantojuvenis. As tecnologias digitais também desempenham um papel significativo nesse campo, uma vez que muitas plataformas de conteúdo digital, com sua estrutura algorítmica, podem manipular ou limitar o acesso a certos tipos de narrativas, ajustando-se a tendências de consumo ou de aceitação social. No entanto, como a autora destaca, as ficções mais ricas são aquelas que permitem múltiplos caminhos de interpretação, que não se limitam ao que é "politicamente correto" ou amplamente aceito, mas que desafiam os leitores a pensar por si mesmos.

A mediação de leitura deve, portanto, ajudar as crianças a compreender e a explorar essas múltiplas dimensões das histórias, questionando as normas estabelecidas e permitindo-lhes se posicionar de maneira autônoma e crítica. Em um mundo digital, em que as narrativas podem ser mais lineares e controladas, é importante que a mediação procure expor as crianças a narrativas complexas e desafiadoras, que estimulem o pensamento crítico e a reflexão sobre as diferentes perspectivas do mundo.

A leitura e as distrações digitais são abordadas. A reflexão de Bajour

sobre a transformação dos modos de atenção e a importância de renovar as práticas de mediação de leitura é extremamente relevante no contexto atual. O uso excessivo de dispositivos digitais nas infâncias tem causado uma diminuição da capacidade de concentração e de envolvimento prolongado com o texto. Como ela observa, as visões apocalípticas que romantizam a leitura do passado não são úteis; em vez disso, é necessário buscar uma mediação que equilibre as formas tradicionais de leitura com as novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias.

Isso implica, por exemplo, incorporar estratégias criativas que integrem as narrativas digitais, multimídia e impressas de forma complementar. Os mediadores de leitura precisam experimentar e explorar diferentes formatos, não apenas para atrair a atenção das crianças, mas também para criar experiências mais ricas e complexas de envolvimento com o texto. A leitura digital, os audiolivros e as plataformas de leitura interativa podem ser usados de maneira a complementar a leitura tradicional, proporcionando um ambiente onde as crianças possam tanto se entreter quanto desenvolver sua imaginação de forma mais profunda.

A mediação de leitura, conforme apontado por Bajour, precisa se adaptar à nova realidade digital, mas sem perder de vista a importância do silêncio, da reflexão e da criatividade no processo leitor. O mediador, seja o professor ou o bibliotecário, deve estar atento a como as crianças estão consumindo informações, ajudando-as a fazer escolhas mais conscientes e engajadas com os textos. Além disso, a mediação não deve ser uma simples transmissão de conteúdos, mas uma prática que estimule a capacidade crítica e criativa dos leitores, abrindo espaço para que eles formem suas próprias interpretações.

Em um mundo onde as tecnologias digitais se impõem com rapidez e intensidade, a mediação de leitura precisa ser reimaginada para garantir que as crianças não percam a capacidade de se envolver profundamente com os textos. A proposta de Bajour sobre a importância do silêncio, da imaginação e da ficção nos oferece um guia fundamental para que possamos enfrentar os desafios da leitura no contexto digital. A mediação deve ser vista como um espaço de resistência à fragmentação da atenção e ao consumo superficial de informações, promovendo uma leitura criativa, autônoma e crítica, que respeite a subjetividade e a liberdade dos leitores.

Texto 6: O respeito às infâncias, por José Castilho Marques Neto

O texto de José Castilho Marques Neto, ao discutir o respeito às infâncias, oferece uma reflexão crítica sobre o papel da literatura e da mediação na formação de leitores, especialmente no contexto de um mundo cada vez mais conectado e desafiado pelas desigualdades. O autor evoca a fala da escritora argentina Maria Teresa Andruetto, que questiona o tipo de infância o mundo da hiperconectividade pode construir, diante de uma realidade em que as crianças são expostas a guerras, desnutrição, pornografia, jogos e outras violências. Esse questionamento é fundamental, pois nos convida a refletir sobre o impacto dessas condições no desenvolvimento da infância e, em especial, na mediação de leitura, um instrumento potencialmente poderoso na formação de sujeitos críticos e autônomos.

Marques Neto aponta que o mundo digital, com suas infinitas distrações e conteúdos muitas vezes violentos, tem grande impacto sobre as infâncias contemporâneas. Esse cenário, que inclui a exposição das crianças a conteúdos como imagens de guerras e tragédias, desafia a construção de uma infância desprovida de tormentos, conforme muitas vezes é idealizada. A literatura, pode ser uma ferramenta essencial para abordar a solidão, o abandono e o desejo de inclusão que marcam as infâncias, representadas nas histórias de personagens como as de Hans Christian Andersen. Nesse contexto, a mediação literária se torna um ato de resistência à exclusão das infâncias marginalizadas, oferecendo a elas um espaço de voz e representação.

Ao fazer referência à exclusão e à solidão dos personagens das histórias de Andersen, é possível evocar um aspecto fundamental da infância: o desejo de pertencimento e a luta pela aceitação. A literatura infantil, portanto, é não só uma forma de entretenimento, mas um caminho para discutir questões de identidade, diferença e inclusão. Marques Neto compartilha dessa visão ao sugerir que as políticas públicas de formação de leitores devem estar atentas à qualidade dos livros e à formação dos mediadores de leitura, a fim de garantir que as crianças tenham acesso a materiais que promovam seu desenvolvimento integral e suas capacidades críticas.

Portanto, a mediação de leitura precisa ir além da simples transmissão de conteúdos, incorporando práticas que favoreçam o pensamento crítico e a formação de uma identidade mais complexa e questionadora, de modo que as crianças não se vejam apenas como consumidores passivos de informações.

Marques Neto levanta um ponto crucial ao sugerir que as políticas

públicas de leitura não podem se limitar a serem um repositório de livros de qualidade duvidosa ou de cunho ideológico. Ele critica programas como o "Conta pra mim", que, ao tentar normatizar as escolhas literárias, se tornam uma distorção da missão educativa da literatura infantil. Para ele, é imperativo que os programas de formação de leitores considerem o respeito às infâncias e às juventudes, oferecendo acesso a livros e materiais literários que respeitem sua dignidade, e cuidem também da formação contínua dos educadores e mediadores de leitura.

O autor defende um esforço coletivo para combater a mercantilização das infâncias, que se manifesta não apenas na exploração de crianças e jovens, mas também na distribuição de livros e materiais literários de baixa qualidade. Ele chama atenção para a importância de proporcionar uma literatura que seja capaz de respeitar e enriquecer a experiência da infância, ao invés de oferecer conteúdos vazios ou manipulativos. Esse esforço de resgate das infâncias implica um compromisso com os livros que as crianças leem, mas com os contextos nos quais essas leituras se dão, garantindo que as crianças possam vivenciar uma formação literária rica e diversificada.

Além disso, a inclusão das infâncias no campo da literatura precisa ser acompanhada de uma sensibilização para a diversidade, o respeito e a valorização das diferenças. O autor também faz uma crítica contundente à falta de respeito pelos profissionais que atuam diretamente com crianças e jovens. A formação de educadores e mediadores, com uma remuneração digna e uma formação contínua de qualidade, é uma condição essencial para que as infâncias possam ser de fato respeitadas e cuidadas.

O texto de Marques Neto nos coloca diante de uma reflexão urgente sobre a formação de leitores no contexto da hiperconectividade e da crescente desigualdade social. O resgate das infâncias, como ele propõe, deve ser um esforço conjunto, que envolva políticas públicas bem estruturadas, programas de leitura acessíveis e de qualidade, e a valorização dos mediadores de leitura. Nesse contexto, a literatura, como prática mediadora de afetos e significados, tem o potencial de transformar não apenas os leitores, mas também a sociedade, ajudando as crianças a se tornarem sujeitos autônomos, críticos e capazes de imaginar um futuro mais justo e equitativo.

Analizamos nesta categoria, os desafios enfrentados na construção da infância em um mundo cada vez mais dominado pelas tecnologias digitais. Com a mediação literária, torna-se possível que a imaginação tradicional e as tecnologias modernas compartilhem o mesmo princípio: a capacidade de transformar a realidade e expandir a experiência humana, oferecendo às crianças um espaço de voz e representação. A literatura infantil não é apenas uma forma de entretenimento, mas também, uma forma para discutirmos questões de identidade, diferença e inclusão.

4.2 Categoria de análise 2 - A escola e a infância no mundo digital

Nesta categoria de análise, incluímos dois textos que abordam o papel da escola no contexto digital e os desafios que surgem na construção da infância em tempos de hiperconexão. Embora o número de textos nesta categoria seja consideravelmente menor em comparação com a categoria 1, é possível identificar uma preocupação evidente da revista com esse tema. O foco recai sobre os limites e as possibilidades que a escola enfrenta ao lidar com as questões da infância na era da tecnologia e da conectividade constante.

Essas discussões são fundamentais para refletirmos sobre o papel da instituição escolar na mediação entre o uso das tecnologias e o desenvolvimento integral da criança, num momento em que as fronteiras entre o mundo físico e digital se tornam cada vez mais tênues.

Texto 1: Isto não é uma escola, ou é?, por Inés Dussel

O texto de Dussel explora a tensão entre imagem, linguagem e significado, destacando como o discurso sobre tecnologia e educação se constrói por meio da negação e da ambiguidade.

Figura 4: Meme¹⁰

¹⁰ “No contexto da internet, meme é uma mensagem quase sempre de tom jocoso ou irônico que pode ou não ser acompanhada por uma imagem ou vídeo e que é intensamente compartilhada por usuários nas mídias sociais. Os memes são apropriações temáticas que vão desde o humor sobre amenidades até assuntos como política e economia, e que têm, na maioria das vezes, mensagens de compreensão fácil e rápida. Some a isso a facilidade de publicação e o compartilhamento, sobretudo pelas redes sociais, e teremos a viralização do conteúdo. (TORRES, 2016, s.p)



A autora faz referência à famosa pintura de René Magritte, *A Traição das Imagens*, na qual a legenda “Ceci n’est pas une pipe” (“Isto não é um cachimbo”) desestabiliza a relação entre o objeto representado e sua nomeação. Da mesma forma, o meme mencionado no texto, que apresentamos anteriormente, questiona a equivalência entre computador e escola, evocando a ideia de que o primeiro pode ser um recurso educacional, mas não substitui a totalidade da experiência escolar.

Nesse contexto, o discurso sugere uma reflexão crítica sobre os limites da tecnologia na educação, contrapondo a materialidade da escola física (com suas interações sociais, mediações pedagógicas e vivências coletivas) ao espaço virtual mediado pelo computador. A afirmação “o computador não é a escola” contesta a substituição do ambiente escolar por dispositivos digitais, mas também sinaliza que a aprendizagem vai além do acesso a ferramentas tecnológicas.

Além disso, há uma dimensão argumentativa implícita na estrutura do texto, que flerta com a negação (“não, o computador não é a escola”) para, em seguida, reconhecer que essa objeção não é absoluta, pois o computador também pode ser um ambiente de aprendizagem. Essa contradição deliberada reforça a complexidade do debate sobre a relação entre tecnologia e educação, apontando para um discurso que não se fecha em dualismos simplistas, mas abre espaço para a interpretação e a reflexão.

Texto 2: Ler e escrever na era da Pós-Verdade, por Januária Cristina Alves

O texto de Januária Cristina Alves apresenta um discurso crítico e

argumentativo sobre os desafios da leitura e da escrita na era digital, com um enfoque na Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Destacam-se quatro eixos essenciais que podem subsidiar uma pesquisa de doutorado na interface entre educação, mídia e tecnologia:

- 1 A Explosão Informacional e o Paradigma da Pós-Verdade. O texto enfatiza a exponencial produção e circulação da informação na sociedade digital, destacando a internet como um espaço de grande alcance, mas também de vulnerabilidade informacional. Dados quantitativos ilustram a magnitude desse fenômeno, demonstrando a rapidez com que se compartilham conteúdos em redes sociais e plataformas de busca. Essa profusão informacional não significa, entretanto, uma ampliação automática da criticidade dos leitores. Pelo contrário, a era da pós-verdade é caracterizada pela desvalorização dos fatos em favor de crenças e emoções, promovendo a manipulação da informação e o enfraquecimento do pensamento crítico.
1. A Escrita e a Leitura no Contexto Digital. O texto traz um paradoxo interessante: nunca se leu e se escreveu tanto como no século XXI, mas a competência leitora e escritora dos indivíduos não acompanhou esse crescimento. A leitura na internet se diferencia da leitura tradicional, pois ocorre em meio a uma diversidade de suportes, plataformas e gêneros discursivos, exigindo novas habilidades interpretativas. A autora ressalta a superficialidade da leitura digital, muitas vezes pautada por interações rápidas e pouco reflexivas. Além disso, pesquisas indicam que uma parcela significativa dos leitores não consegue distinguir fato de opinião, o que compromete a formação de cidadãos críticos.
2. A Relevância da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Segundo a autora a AMI surge como uma resposta à crise de leitura crítica na era digital. Defendida pela UNESCO desde 2008, ela se propõe a desenvolver competências essenciais para o consumo, produção e compartilhamento responsável de informação. A autora enfatiza que, diante da ascensão das *fake news* e da desinformação, é fundamental que a escola promova práticas que capacitem os estudantes a avaliar a confiabilidade das fontes, compreender a intencionalidade dos textos midiáticos e desenvolver uma postura ética na comunicação digital. O texto destaca ainda que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) já incorporou a AMI ao currículo do Ensino Fundamental II, reconhecendo a importância de preparar os alunos para atuar em um cenário de intensa circulação de

informações.

3. O Papel da Escola e os Desafios da Educação na Pós-Verdade. A escola é apresentada como um espaço central na formação de leitores e escritores críticos, sendo responsável por ensinar estratégias de curadoria da informação e fortalecer o pensamento analítico dos alunos. O desafio, porém, é lidar com um ambiente informacional saturado, no qual os jovens, muitas vezes, tomam redes sociais como principal fonte de informação, sem questionar sua veracidade.

O texto sugere que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, focando na formação de habilidades para análise e interpretação da informação. Autores como Yuval Noah Harari são citados para reforçar que, mais do que fornecer dados, a escola deve ensinar como discernir o que é relevante e desenvolver uma visão crítica sobre a realidade. Dessa forma, o texto de Januária Cristina Alves se insere em um campo de pesquisa interdisciplinar, abordando os desafios contemporâneos da educação e da escola frente às transformações comunicacionais e informacionais da era digital.

Nessa categoria, discutimos o papel das escolas na era digital e os desafios que elas enfrentam na formação das crianças em tempos de hiperconectividade. As discussões sobre a escola e a infância no mundo digital são fundamentais para refletir sobre o papel das instituições escolares, na mediação entre o uso das tecnologias e o desenvolvimento integral da criança.

4.3 Categoria de análise 3 - Educação para/com as mídias e tecnologias

Nesta categoria, incluímos os textos que propõem modos de proceder, processos pedagógicos e práticas educativas voltadas para lidar com a infância no contexto da cultura digital. Aqui, o foco recai no *modus operandi*, ou seja, nas estratégias e abordagens concretas que educadores podem adotar para integrar as mídias e tecnologias de forma crítica e significativa no processo de ensino-aprendizagem.

Texto 1: Precisamos falar de educação midiática, entrevista com Januária Cristina Alves realizada por Priscilla Brossi Gutierre

O texto apresenta uma entrevista com Januária Cristina Alves, abordando a importância da alfabetização midiática em um mundo cada vez mais digital e conectado. Destacam-se algumas reflexões centrais para o debate educacional:

1. As *fake news* não são novidade, mas sua disseminação se intensificou com a internet, tornando-se um problema de grandes proporções, inclusive com impactos diretos na saúde e na política. A formação de leitores críticos, capazes de desconfiar, investigar e analisar as informações, é essencial para lidar com essa realidade.
2. A leitura digital e a fragmentação do pensamento: A rapidez das redes sociais estimula uma leitura superficial e fragmentada. Mesmo os chamados "nativos digitais" não são necessariamente leitores críticos. Há pesquisas que indicam dificuldades na distinção entre diferentes gêneros textuais, como o caso dos alunos de Stanford mencionados na entrevista.
3. O papel da escola e do professor: Januária defende que a escola deve trazer a mídia para dentro da sala de aula, em um processo de análise crítica e desconstrução das narrativas midiáticas. O medo de professores em relação ao domínio dos alunos sobre tecnologia não deve ser um impeditivo; pelo contrário, é preciso transformar esse desafio em aprendizado conjunto.
4. O papel das redes sociais e dos algoritmos: Ela aponta como as plataformas operam dentro de um modelo de negócios que visa capturar a atenção do usuário e gerar lucro com seus dados. Para educar os alunos, é essencial que se compreenda essa lógica e se desenvolva um olhar crítico sobre como o consumo de informação está sendo moldado por algoritmos.
5. Referências internacionais: A Finlândia surge como um modelo a ser seguido, pois incorporou a alfabetização midiática como parte do currículo desde a educação infantil, garantindo acesso à informação e desenvolvimento do pensamento crítico.
6. O desafio da política pública: Januária enfatiza que a alfabetização midiática precisa ser incorporada como uma política pública. Questões

como a distribuição de livros e o incentivo à leitura revelam decisões políticas que afetam diretamente a formação dos cidadãos.

O texto levanta uma discussão essencial para os educadores: como fortalecer a alfabetização midiática nas escolas? Dentre as possibilidades, destaca-se o uso pedagógico da mídia, explorando diferentes formatos midiáticos em sala de aula e analisando suas construções narrativas e intenções comunicativas. Além disso, a leitura crítica das redes sociais surge como um aspecto fundamental, permitindo que os alunos compreendam a formação das chamadas bolhas informacionais e reflitam sobre a influência dos algoritmos na percepção da realidade. Outra estratégia importante é a criação de contranarrativas, incentivando os estudantes a produzirem conteúdos informativos e reflexivos, promovendo o pensamento crítico e o combate à desinformação. Por fim, a integração curricular dessa temática é essencial, considerando que a BNCC (2017) já prevê o campo jornalístico- midiático, mas que, conforme defendido por Januária, seria relevante expandir essa abordagem desde a infância.

Em conclusão, a entrevistada defende que o fortalecimento da alfabetização midiática nas escolas é um passo fundamental para preparar as crianças para o mundo contemporâneo, marcado por uma grande diversidade de informações e por interações digitais cada vez mais intensas. As propostas apresentadas, como o uso pedagógico da mídia, a leitura crítica das redes sociais, a criação de contranarrativas e a integração curricular, oferecem caminhos concretos para que educadores possam desenvolver habilidades de análise crítica e reflexão nos estudantes, capacitando-os a atuar como cidadãos informados e responsáveis. A expansão dessa abordagem, especialmente desde a infância, pode garantir que as novas gerações se tornem mais aptas a navegar pelas complexas paisagens midiáticas de forma consciente, reflexiva e ética, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e bem- informada.

Texto 2: Por uma Pedagogia das Mídias teoricamente coerente e praticamente exequível, entrevista com David Buckingham realizada por Januária Cristina Alves

Essa entrevista com o Prof. David Buckingham¹¹ traz reflexões

¹¹ Professor Emérito da Loughborough University e Professor visitante no Kings College, da Universidade de London, um dos maiores especialistas contemporâneos no estudo das relações entre crianças, jovens e as mídias, e em Alfabetização Midiática e Informacional. Disponível em: <https://emilia.org.br/por-uma-pedagogia-das-midias-teoricamente-coerente-e-praticamente-exequivel/> Acesso em: 23 dez. 2024.

fundamentais sobre a importância da Educação Midiática na formação de cidadãos críticos e conscientes diante do cenário comunicacional contemporâneo. A seguir, destacamos alguns pontos centrais do debate proposto por ele:

- 1) Educação Midiática como necessidade básica. Buckingham argumenta que a mídia está presente em todas as esferas da vida moderna – política, social, econômica e cultural. No entanto, há resistência em incluí-la de forma estruturada no currículo escolar. Ele sugere que essa resistência não é apenas um problema da Educação Midiática, mas do ensino de cultura e comunicação em geral.
- 2) Educação Midiática como disciplina escolar. O professor defende que a Educação Midiática deveria ser uma disciplina formal no currículo, e não apenas um tema transversal tratado esporadicamente. No Reino Unido, tradicionalmente, essa abordagem ocorre na disciplina de Língua Inglesa, mas ele questiona se isso é suficiente. Além da análise crítica dos conteúdos, a proposta de Buckingham busca incentivar os alunos a imaginarem e exigirem um modelo de mídia diferente e mais democrático.
- 3) Formação de professores. Um dos desafios apontados por Buckingham é a necessidade de formação específica para os docentes. Ele critica a abordagem superficial de palestras e treinamentos curtos e defende uma formação contínua, com acesso a materiais adequados e a espaços para troca de experiências. Para ele, a Educação Midiática não deve ser apenas um aprendizado instrumental sobre como produzir conteúdos, mas uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na sociedade.
- 4) A pedagogia das mídias e a prática docente. O Manifesto de Buckingham sugere que os professores se apropriem dos conceitos centrais da Educação Midiática, como representação e comunicação, aplicando-os de forma prática e significativa para os alunos. Ele alerta contra a simples ocupação do tempo com atividades sem um propósito claro de aprendizagem e enfatiza a importância de princípios pedagógicos bem definidos.
- 5) O impacto dos influenciadores digitais. Buckingham discute o papel dos influenciadores digitais na formação dos jovens. Ele aponta que esses criadores de conteúdo frequentemente operam dentro de um modelo econômico que nem sempre é transparente para o público jovem. Assim, um dos objetivos da Educação Midiática deve ser desenvolver a consciência crítica sobre as relações econômicas e simbólicas envolvidas no consumo

de mídias sociais.

- 6) O desafio da compreensão crítica das mídias sociais. O professor ressalta que uma abordagem crítica das mídias sociais deve envolver ceticismo, mas sem cair em um extremo de desconfiança generalizada. Ele defende um estudo rigoroso e sistematizado, que relacione a mídia ao contexto histórico, social e político mais amplo. Isso exige apoio institucional e currículos estruturados para garantir que alunos e professores tenham acesso a um aprendizado significativo.

Diante do que Buckingham propõe, podemos pensar em como essas ideias se aplicam ao Brasil. A BNCC (2017) já reconhece a necessidade de trabalhar a Educação Midiática de forma transversal, especialmente no eixo da cultura digital.

No entanto, ainda há lacunas como o apoio à formação de professores e na oferta de materiais didáticos adequados para essa abordagem. Além disso, o debate sobre mídia e democracia no Brasil torna ainda mais urgente a necessidade de uma formação crítica sobre a circulação da informação e a influência das plataformas digitais no pensamento social.

Seria interessante refletir sobre como incorporar esses princípios nas práticas pedagógicas da Educação Básica e do Ensino Superior, e como formar professores para enfrentar esses desafios de maneira crítica e criativa.

Texto 3: Re-vê-ja: Bradbury, Iversson e a TV, por Magno Rodrigues Faria

O texto apresenta uma crítica contundente à forma como a televisão molda narrativas e constrói percepções sobre a realidade, ao mesmo tempo em que nos distancia da percepção das desigualdades estruturais. Ele levanta questões centrais sobre a relação entre mídia, emoção e política, destacando como a televisão tem o poder de capturar a atenção, manipular sentimentos e desviar o foco do que realmente importa. Os principais pontos abordados no texto são:

1. O protagonismo da mídia na construção de narrativas emocionais. Destaca o caso de O caso de Isac Vinicius, um menino de 13 anos que vendeu cuscuz para comprar um hambúrguer para a mãe e, depois, passou a distribuir cestas básicas, é um exemplo de como a TV transforma gestos individuais em histórias comoventes. A comoção gerada pelo relato mascara um problema maior: a ausência do Estado em garantir o mínimo de dignidade à população.
2. A televisão como ferramenta de controle e distração. A mídia televisiva

tem o poder de conduzir as emoções e criar realidades que desviam o foco das responsabilidades governamentais. O excesso de sentimentalismo impede que o público questione a estrutura social e econômica que leva um menino de 13 anos a se tornar um "herói" da solidariedade.

3. A culpabilização do indivíduo e a invisibilização da estrutura social. O texto ironiza como a televisão leva as pessoas a sentirem culpa por não "fazerem mais", ao mesmo tempo em que naturaliza a precariedade social. A pandemia foi um exemplo contundente: em vez de apontar para a responsabilidade do Estado na gestão da crise, a mídia frequentemente transforma cidadãos comuns em protagonistas da solução.
4. A alienação promovida pelo imediatismo da TV. A referência ao livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (2007), reforça a ideia de que a televisão, ao oferecer respostas rápidas e sensações intensas, impede a reflexão crítica. A repetição da frase "Ele o leva tão depressa às conclusões que sua cabeça não tem tempo para protestar: 'Isso é bobagem!'" enfatiza o poder da mídia em criar narrativas que parecem indiscutíveis.
5. A necessidade de resistência através da leitura e do pensamento crítico. O texto encerra com um chamado à ação: parar, ler, conversar, trocar ideias e agir são formas de escapar da manipulação midiática e construir uma sociedade mais crítica e consciente.

O texto nos provoca a refletir sobre como a televisão – e, por extensão, outros meios de comunicação – não apenas informa, mas também constrói uma visão de mundo que pode ser limitadora e alienante. Para a educação, essa discussão é essencial, pois nos leva a questionar: Como ensinar os alunos a desenvolverem uma leitura crítica da mídia? Como evitar que a emoção substitua a reflexão na análise dos problemas sociais? De que maneira podemos inserir debates sobre mídia e poder dentro da escola?

A resposta a essas questões passa pela educação midiática, pela construção de um olhar crítico sobre as narrativas produzidas pela mídia e pela valorização do pensamento independente. Como bem diz o texto: "Pare, leia, troque e aja!"

A análise do texto revela a complexidade das interações entre crianças e as tecnologias digitais, especialmente na internet, dentro do contexto educativo contemporâneo. O texto enfoca, de forma abrangente, a transformação das relações sociais e educacionais em um cenário global caracterizado pela imersão massiva nas mídias digitais, com foco particular na necessidade de uma educação crítica e reflexiva. A partir de uma visão panorâmica, o texto propõe uma reflexão sobre as exigências sociais e educacionais diante dos fenômenos de desinformação, manipulação de opiniões e o papel fundamental das escolas nesse processo.

A primeira parte do texto destaca um dado crucial: a presença crescente de crianças e adolescentes na internet, com um dado impressionante de que 70% dos indivíduos conectados à internet são jovens. O uso recorrente de números reforça o argumento de que o mundo digital é, de fato, parte integrante do cotidiano desses jovens, transformando suas formas de socialização e, em muitos casos, seus próprios processos identitários. A citação sobre a adolescência como um período de construção de identidade ressoa diretamente com a importância das interações online neste processo. A intertextualidade com Bauman (2015), que fala sobre a "modernidade líquida", é fundamental para entender o impacto dessas transformações. A ideia de "crise de atenção", que resulta de um ambiente digital que exige interações rápidas e imediatas, também é evocada, ampliando a discussão para um campo mais amplo da psicologia educacional e do impacto das novas tecnologias na capacidade de concentração dos jovens.

A segunda parte do texto se aprofunda na responsabilidade da escola em lidar com essas questões e enfatiza a educação midiática como uma resposta. A alusão à obra de Marshall McLuhan, que vê as mídias como "extensões do corpo dos jovens", apresenta uma crítica sutil à forma como as tecnologias moldam os processos cognitivos e sociais, que não são mais apenas físicos, mas também virtuais. A análise proposta por McLuhan é aprofundada ao se discutir como a escola não pode mais ignorar as questões envolvidas no uso das tecnologias, sob pena de se tornar um espaço desconectado das realidades digitais dos alunos. A crítica se estende também à desinformação, aos discursos de ódio, *fake news* e ao risco de perda de valores democráticos. A escola, portanto, deve se tornar um espaço que não apenas ensine o uso das tecnologias, mas também a ética e a responsabilidade no ambiente digital.

A necessidade da educação midiática e Informacional é destacada pela autora. A proposta da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) é abordada

como uma competência essencial para navegar no "Mundo VUCA" (volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade), característico da era digital sociedade da informação, marcada pela abundância de dados e pela manipulação de conteúdos, o que torna ainda mais crucial o desenvolvimento de competências para distinguir entre informações verídicas e falsas. A ênfase é explícita: as crianças não precisam apenas de informações, mas de habilidades para processá-las, filtrá-las e utilizá-las de forma crítica. A AMI é vista como uma ferramenta pedagógica capaz de capacitar os indivíduos a entenderem o papel das mídias na construção da realidade social e a importância de um consumo informado e ético de conteúdo.

No âmbito escolar, a AMI, integrada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), é vista como uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos e informados. O texto propõe que a escola precisa refletir sobre como ensinar os alunos a lidar com as novas formas de comunicação, não apenas tecnicamente, mas também eticamente. A educação midiática, portanto, é uma habilidade crucial para a "leitura crítica do mundo", incluindo o reconhecimento de fenômenos como o da pós-verdade e a disseminação de fake news. Assim, a escola se apresenta como o local privilegiado para tratar dessas questões de forma estruturada e crítica, preparando os alunos para lidar com os desafios do mundo digital e da sociedade globalizada.

Em síntese, o texto propõe que, diante da imersão digital na vida das crianças e jovens, a escola deve assumir o papel de mediadora entre o indivíduo e as diversas influências que permeiam o ambiente digital. A educação deve, portanto, ser transformadora, não apenas no que diz respeito ao domínio das tecnologias, mas também em termos de valores, ética e cidadania.

A introdução da AMI na BNCC (2017) e o papel da escola nesse processo são discutidos como essenciais para garantir que os jovens sejam capacitados a navegar no mundo digital de maneira responsável e ética, contribuindo assim para uma sociedade mais democrática e consciente.

Na educação, essa discussão é essencial, pois ensina aos alunos a desenvolver uma leitura crítica da mídia e a evitar que a emoção substitua a reflexão na análise de problemas sociais. Ao incorporar debates sobre mídia e poder em sala de aula, as respostas a questões podem ser construtivas e criativas. As escolas devem ser as principais mediadoras entre os indivíduos e as diversas influências que permeiam o ambiente digital, garantindo que as crianças estejam preparadas para navegar no mundo digital de forma responsável.

4.4 Interconectando as categorias de análise

Inicialmente, é fundamental destacar que a Categoria de Análise 1 (*Livros e telas: fantasia, ficção, imaginação e a infância no panóptico digital*) foi a que recebeu maior ênfase na investigação realizada, tanto em termos de quantidade de textos quanto nos enfoques abordados. Esse resultado era previsível, uma vez que a publicação analisada nesta pesquisa tem como eixo central a formação de leitores infantis e a literatura para a infância.

Diante do protagonismo das tecnologias na vida das crianças na contemporaneidade, o tema emerge com força na revista, especialmente no que diz respeito aos impactos da digitalização sobre a atenção e a sensibilidade infantil. A preocupação central reside na forma como essas transformações podem influenciar a valorização da leitura e a constituição das crianças como leitoras ativas e reflexivas.

A análise dos textos que abordam a relação entre infância, tecnologias e leitura revela uma preocupação comum: a necessidade de garantir que as crianças não sejam privadas das práticas tradicionais de leitura, do contato com os livros infantis e da experiência afetiva e reflexiva proporcionada pela leitura atenta, lenta e empática. Esse ponto de convergência sinaliza um desafio contemporâneo: como equilibrar o acesso aos ambientes digitais com a preservação de uma relação significativa das crianças com a palavra escrita e a narrativa literária?

As discussões apresentadas nos textos analisados reforçam que a leitura não se reduz a um simples decodificar de signos. Trata-se de uma vivência que mobiliza imaginação, sensibilidade e construção subjetiva. Em um contexto em que as interações são aceleradas e mediadas por dispositivos digitais, a necessidade de promover espaços de leitura que estimulem a atenção plena e o envolvimento emocional torna-se ainda mais urgente. O ato de ler, quando realizado com profundidade, permite não apenas a ampliação do repertório linguístico e cultural, mas também a construção de uma consciência crítica e de um olhar empático sobre o mundo e sobre os outros.

A literatura infantil, em especial, desempenha um papel fundamental nesse processo. Diferentemente dos conteúdos fragmentados e de rápida rolagem que dominam os ambientes digitais, os livros oferecem às crianças uma experiência mais orgânica de construção narrativa. O enredo se desenvolve em um ritmo que convida à contemplação, à reflexão e à conexão afetiva com as histórias e personagens. Como aponta um dos textos analisados, somos feitos

de histórias—afirmação que remete à belíssima visão de Eduardo Galeano sobre a condição humana. As narrativas nos constituem, nos ancoram no tempo e nos ajudam a interpretar o mundo.

Dessa forma, a preocupação evidenciada na *Revista Emília* vai além da simples contraposição às tecnologias digitais. Os textos analisados não negam a presença e a relevância das mídias e dispositivos tecnológicos na vida contemporânea das crianças, mas defendem que o avanço tecnológico não deve ocorrer em detrimento da leitura literária, da fantasia e da imaginação. Em vez de uma oposição simplista entre livros e telas, a revista propõe um olhar mais amplo e crítico sobre como esses diferentes meios impactam a formação leitora e a sensibilidade das crianças.

A centralidade da literatura infantil e da leitura compartilhada no desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças aparece como um eixo estruturante das discussões, ressaltando que a experiência leitora não pode ser reduzida a interações fragmentadas com textos digitais ou à lógica do consumo rápido de informação. Nesse sentido, a revista destaca a necessidade de um equilíbrio: é preciso permitir que as crianças explorem as potencialidades das novas mídias, mas sem renunciar aos aspectos fundamentais da leitura literária, que envolvem atenção plena, interpretação crítica e construção de sentido.

Além disso, a *Revista Emília* alerta para um risco central no debate sobre a infância e as tecnologias: a passividade diante do universo digital. A leitura literária, quando mediada com intencionalidade e sensibilidade, exige do leitor uma postura ativa, reflexiva e engajada, promovendo um envolvimento profundo com o texto e suas múltiplas camadas de significado. Por outro lado, a cultura digital, em muitos casos, incentiva um consumo rápido e disperso, o que pode comprometer o desenvolvimento de habilidades essenciais para a construção de leitores autônomos e críticos.

Assim, a revista não propõe uma rejeição das tecnologias, mas sim uma problematização dos seus efeitos sobre a infância, chamando atenção para a importância de práticas que resistam à superficialidade e à aceleração do mundo digital.

Segundo Chartier (2005), estamos diante de um acontecimento importante em relação à leitura, pois as mudanças ocorrem em três níveis distintos: o nível da técnica, o nível da forma de suporte e o nível da prática da leitura se transformam simultaneamente. Os objetos da cultura impressa (o livro, o jornal, as revistas) estão sendo substituídos pelas telas digitais o que implica em novos modos de ler e compreender os textos.

Nesse interim, a literatura digital tem se consolidado como uma abordagem que destaca a importância da tecnologia no desenvolvimento da leitura, apontando caminhos essenciais para aqueles que utilizam as mídias digitais. Esse universo apresenta um leque de oportunidades para explorar, aprender e se encantar com histórias cativantes, envolventes e mágicas, que despertam a imaginação e a curiosidade, mantendo o rigor necessário. Utilizar a tecnologia como uma ferramenta pedagógica permite que as crianças acessem conteúdos educativos de maneira interativa e divertida, promovendo o amor pela leitura desde a infância e estimulando o pensamento crítico, a curiosidade e a imaginação.

Ao mesmo tempo, a tecnologia evidencia seu potencial transformador e inclusivo na educação, abrindo portas para uma aprendizagem criativa, dinâmica e alinhada com as novas demandas da sociedade. Com o envolvimento comprometido de pais, educadores e o apoio das plataformas digitais, as crianças podem desenvolver habilidades fundamentais para seu crescimento pessoal e profissional, preparando-as para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com confiança e competência.

Os dados fornecidos pela pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Itaú Cultural, são fundamentais para analisar os hábitos de leitura da população brasileira. A pesquisa revela que apenas 52% dos brasileiros têm o hábito de ler, o que equivale a aproximadamente 100,1 milhões de pessoas. Além disso, a média de livros lidos por ano manteve-se em 4,2 livros por pessoa, considerando a leitura de livros inteiros.

Figura 5: Frequência de leitura por tipo de material

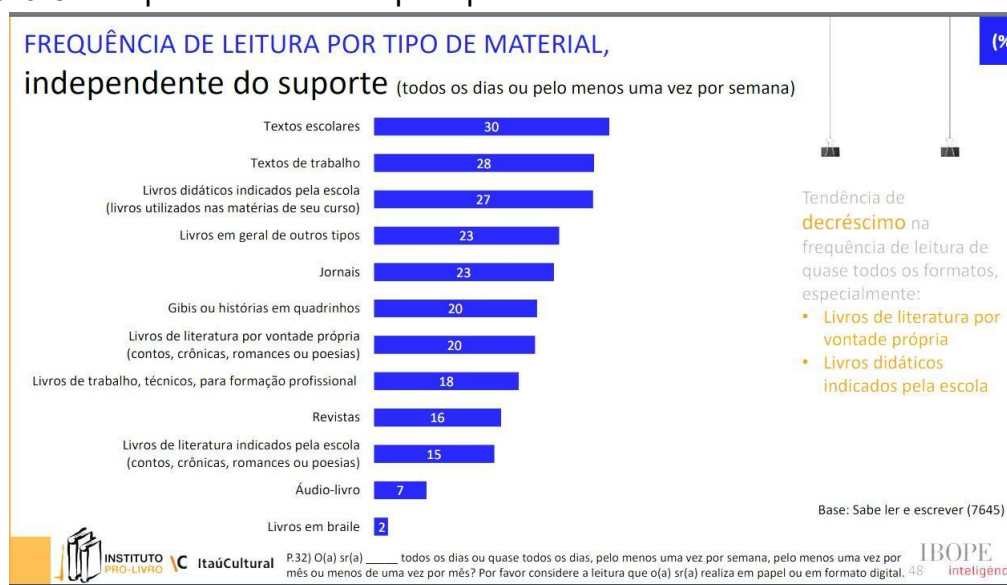
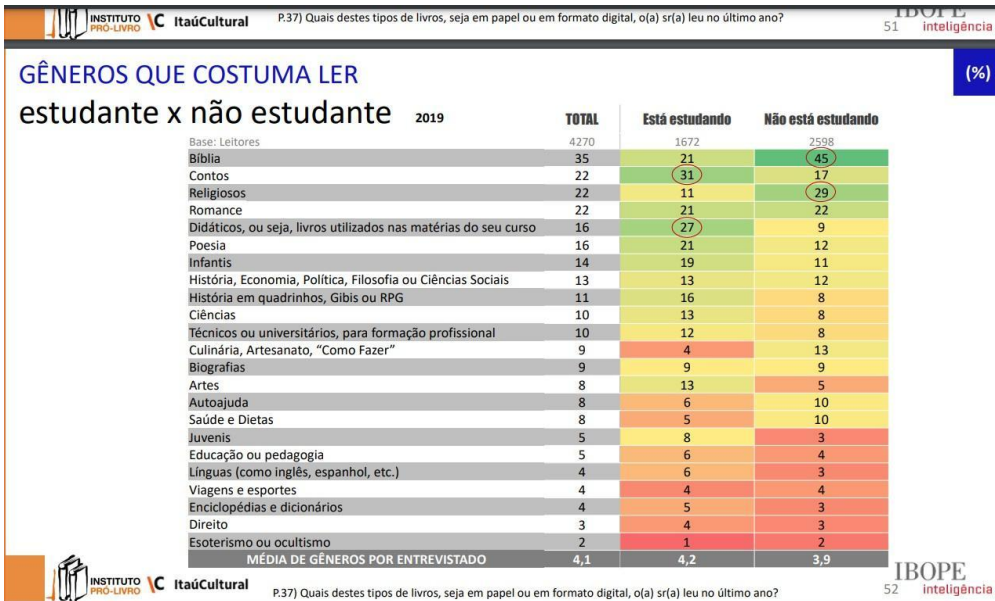
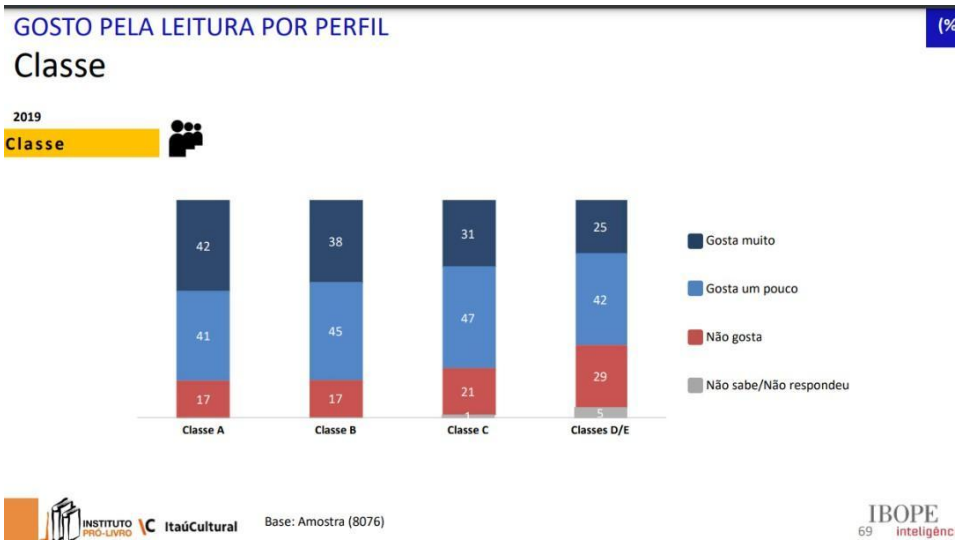


Figura 6: Gênero de Leitura mais lidos



Fonte: Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/observatorio/retratos-da-leitura-no-brasil--5-edicao> . Acesso em: 04 de novembro de 2024.

Figura 7: Gosto pela Leitura por classe social



Fonte: Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/observatorio/retratos-da-leitura-no-brasil--5-edicao> . Acesso em: 04 de novembro de 2024.

Observando os dados é possível afirmar que a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* apresenta um panorama significativo sobre o impacto da escola e dos professores na promoção da leitura no país. Os dados revelam que mais da metade dos leitores afirma que lê por indicação da escola ou de professores, evidenciando a importância dessas instituições e profissionais para o desenvolvimento do hábito de leitura. Esse impacto transcende a formação de leitores funcionais, abrangendo também o estímulo ao prazer pela leitura. A

ausência de tal mediação poderia resultar em índices de leitura ainda mais baixos, o que reforça o papel central da escola e dos educadores como agentes de uma formação leitora que busca ampliar o engajamento e o gosto pela leitura entre os brasileiros.

Outro ponto interessante revelado pelo estudo é que o gosto pela leitura não apresenta uma variação significativa entre diferentes classes sociais. Essa constatação desafia o estereótipo de que apenas classes sociais mais altas cultivam o gosto pela leitura, mostrando que o hábito pode ser mais uma questão de acesso e incentivo, muito promovido pelo ambiente escolar, do que de perfil socioeconômico.

Esses achados sublinham a importância de políticas públicas e estratégias pedagógicas que fortaleçam a atuação da escola na formação de leitores, reforçando a ideia de que o gosto e o hábito de ler podem ser construídos e estimulados em qualquer contexto social.

A leitura é uma prática social essencial para a formação crítica, social e cultural dos indivíduos, permitindo o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e a participação ativa na sociedade. Ler é um ato que extrapola a mecânica da decodificação, tornando-se um meio para que o indivíduo participe e compreenda as complexas dinâmicas do mundo ao seu redor. Por isso a leitura deve ser desenvolvida como uma prática social, que envolve múltiplas habilidades e que deve ser incorporada desde cedo no processo educativo.

A perspectiva que une a leitura ao desenvolvimento da cidadania demanda que as práticas de leitura e escrita façam sentido para as crianças que estejam relacionadas ao seu cotidiano, cultura e experiências. Por isso não basta preparar as crianças para lerem, mas para lerem de forma crítica, possibilitando que compreendam o impacto da leitura em suas vidas e no seu desenvolvimento pessoal e social. Assim, a leitura é compreendida como um direito fundamental para que o indivíduo se posicione e contribua para o seu meio, reafirmando a escola como um espaço vital para a construção de uma sociedade mais democrática, bem como os espaços promotores de cultura.

Diante da complexidade do tema, é fundamental ressaltar a importância de um olhar crítico e reflexivo sobre as práticas de leitura no contexto das tecnologias digitais. A análise dos textos da *Revista Emília* (agrupados na Categoria 1) evidencia, de modo sensível, a necessidade de os educadores reconhecerem tanto as possibilidades quanto os desafios impostos pela cultura digital à formação leitora das crianças.

Os textos analisados chamam atenção para o fato de que a incorporação das tecnologias digitais na infância não deve ocorrer de maneira acrítica, sob o risco de comprometer a experiência leitora profunda e significativa. Embora as telas e os dispositivos digitais ampliem o acesso à informação e tragam novas formas de engajamento com os textos, há uma preocupação evidente com o impacto dessas interações na capacidade de concentração, na construção da imaginação e na sensibilidade leitora das crianças.

A *Revista Emília*, ao problematizar essa relação, propõe reflexões que ultrapassam uma dicotomia simplista entre livros impressos e telas digitais. Em vez disso, aponta para a necessidade de práticas que integrem diferentes suportes de forma equilibrada, garantindo que a leitura literária continue sendo uma experiência que promove a reflexão, a empatia e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Além disso, os textos analisados destacam o papel do educador nesse cenário. Não basta apenas oferecer livros ou disponibilizar dispositivos tecnológicos nas escolas; é preciso criar condições para que as crianças vivenciem a leitura como um processo afetivo, crítico e prazeroso. Isso implica não apenas incentivar o contato com narrativas ricas e diversificadas, mas também orientar os pequenos leitores para que desenvolvam habilidades de análise e interpretação, fundamentais para navegar com autonomia no ambiente digital.

Dessa maneira, a *Revista Emília* reafirma que a leitura não pode ser reduzida a um consumo rápido e utilitário de informação. Pelo contrário, deve ser compreendida como um ato de construção subjetiva e social, que exige tempo, envolvimento e mediação qualificada. Como um dos textos da revista ressalta, somos feitos de histórias, e garantir que as crianças tenham acesso a leituras que alimentem sua imaginação e senso crítico é um compromisso essencial da educação contemporânea.

A análise da **Categoria 2 – A escola e a infância no mundo digital** evidencia que a discussão sobre a escola e as tecnologias digitais está presente em diversos textos analisados, mas é nos dois textos agrupados especificamente nesta categoria que se percebe, de forma mais explícita, uma concepção crítica sobre o papel da escola diante da era digital. A *Revista Emília* defende, de maneira deliberada, que a escola é muito mais do que um dispositivo tecnológico ou uma simples estrutura mediada por computadores e telas. É também história e cultura, atuando com um espaço fundamental para a transmissão de conhecimentos e valores entre os indivíduos.

A afirmação de que “um computador não é uma escola” sintetiza uma perspectiva que se contrapõe a visões reducionistas que entendem a tecnologia como substituta da experiência escolar. A escola não pode ser pensada apenas como um espaço de acesso a conteúdos ou habilidades instrumentais, mas, sobretudo, como um ambiente de encontro humano, onde se constroem identidades, valores e relações sociais. É um espaço que se distingue justamente por ser presencial, material, sensível.

A alteridade é parte constitutiva desse processo. Ao contrário do que ocorre no mundo digital, onde algoritmos reforçam bolhas sociais e retroalimentam discursos homogêneos, a escola promove o confronto com o diferente. No espaço escolar, as crianças e jovens precisam lidar com a diversidade de opiniões, valores, experiências e formas de ser. Esse contato direto é fundamental para a formação de cidadãos críticos e empáticos, algo que o mundo virtual, com suas dinâmicas de personalização e segmentação de conteúdos, frequentemente enfraquece.

Nesse sentido, a tecnologia pode ser uma ferramenta importante para a escola, mas não pode ser confundida com a própria essência do processo educativo. A educação se dá no diálogo, na troca, no olhar, na escuta atenta – elementos que, apesar dos avanços tecnológicos, continuam sendo insubstituíveis. O risco de reduzir a escola a uma interface digital é comprometer um dos seus pilares: a experiência concreta de aprendizagem que se dá nas interações humanas presenciais.

Assim, a Revista Emília reforça a necessidade de que a escola permaneça como um território da convivência e do aprendizado compartilhado, e não como um mero espaço de consumo tecnológico. A digitalização da educação, se não for acompanhada por um olhar atento às dimensões humanas do ensino, pode levar a um empobrecimento das relações pedagógicas, reduzindo a escola a um ambiente desprovido do que a torna verdadeiramente transformadora: o encontro entre as pessoas.

A **Categoria 2** parece convergir com um ponto central da **Categoria 1**: a relação entre ficção e realidade, na qual a ficção se apresenta como um elemento essencial para a construção da convivência social e para o processo de humanização das crianças. Ao mesmo tempo, destaca-se a importância da realidade concreta, do espaço físico e material, como um contraponto necessário ao mundo digital. A infância precisa de chão, de espaços tangíveis, de experiências compartilhadas que se desenrolem em tempos mais lentos, favorecendo o encontro, o afeto e a construção coletiva do conhecimento.

No entanto, essa reflexão não se dá de maneira dogmática ou reducionista. A Revista Emília não se coloca em uma posição de negação deliberada da presença da tecnologia nos processos de constituição do imaginário infantil, na formação leitora ou na escola. Pelo contrário, a abordagem adotada é tênue e reflexiva, assumindo um olhar crítico que busca compreender as aproximações e distanciamentos, os nexos e as contradições que emergem dessa relação.

O que a revista propõe é um contraponto necessário, uma leitura crítica que resiste à visão entusiástica e ingênua sobre o papel das tecnologias na infância e na educação. Há um cuidado em mostrar que a digitalização dos espaços escolares e das práticas de leitura não pode ocorrer de maneira descontextualizada, sob o risco de acelerar processos de fragmentação e empobrecimento das experiências infantis.

Ao invés de uma polarização entre “livros” e “telas”, entre “realidade” e “virtualidade”, o que se percebe nos textos analisados é a busca por equilíbrio, por um entendimento mais profundo das implicações culturais, emocionais e cognitivas da presença das tecnologias na infância. Dessa forma, a Revista Emília convida educadores, pesquisadores e famílias a uma reflexão crítica, pautada pela compreensão das múltiplas camadas que compõem a experiência infantil contemporânea.

A **categoria 3**, intitulada "Educação para/com as mídias e tecnologias", reúne textos que se dedicam a discutir o como fazer no contexto da educação, ou seja, como construir práticas pedagógicas que permitam às crianças interpretar, compreender e atuar de maneira crítica e ética no mundo contemporâneo, saturado por mídias digitais e tecnologias.

Esses textos não se limitam a abordar as ferramentas digitais de forma isolada, mas buscam entender como as tecnologias podem ser utilizadas para potencializar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, sem desconsiderar as implicações sociais e culturais dessas ferramentas. A proposta central é equilibrar a convivência entre o mundo digital e as práticas tradicionais, considerando que ambas podem coexistir de maneira construtiva, desde que as práticas pedagógicas sejam fundamentadas em princípios éticos e críticos.

Os textos abordam, por exemplo, como as tecnologias podem ser inseridas de maneira significativa no currículo escolar, para promover o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade. Além disso, destacam a necessidade de ensinar

as crianças a navegar e interagir com o ambiente digital de maneira ética, reflexiva e responsável.

No entanto, essas abordagens também alertam para o risco de uma superexposição tecnológica, destacando a importância de momentos de desconexão, de experiências *offline*, como leituras de livros físicos, brincadeiras ao ar livre e a convivência face a face, para garantir o equilíbrio no desenvolvimento das crianças. Assim, a educação para/com as mídias e tecnologias não se restringe a promover o uso técnico dos dispositivos, mas também envolve a formação de cidadãos digitais conscientes e críticos.

Essa categoria reflete a proposta de "educação midiática", uma abordagem que vai além do simples ensino do uso das ferramentas tecnológicas. Ela busca formar crianças e jovens para se tornarem consumidores e produtores conscientes de conteúdo digital, capazes de agir de maneira ética e reflexiva no mundo digital. Nesse contexto, o autor de referência utilizado pela revista é David Buckingham que, no livro *Manifesto pela Educação Midiática* (publicado no Brasil em 2022), assinala o que a educação midiática não deve ser.

Segundo o autor, a educação midiática não deve ser vista como uma forma de alfabetização midiática ou digital reduzida a um simples conjunto de soluções para problemas sociais, como a sexualidade precoce, violência, obesidade, consumismo ou a disseminação de *fake news*. Ele critica a redução do trabalho da educação midiática a noções funcionais e restritivas, como segurança online, habilidades tecnológicas e alternativas à regulação. Para ele, esse tipo de abordagem torna a educação midiática uma panaceia (uma solução simplista) que pode ser interpretada de qualquer maneira, sendo aplicada a uma variedade de questões sociais de forma superficial.

O autor argumenta que a alfabetização midiática tem se tornado uma solução individualista, que aborda problemas de forma fragmentada e dualista, focando exclusivamente em risco e benefício. Isso é problemático, pois essa perspectiva instrumental e simplificada ignora as complexidades envolvidas nas questões sociais e educacionais que a educação midiática deveria tratar. Em vez de promover uma análise crítica e profunda das mídias, muitas vezes o trabalho na área acaba sendo reduzido a habilidades técnicas e superficiais que não preparam de fato os indivíduos para se engajarem de forma crítica com as mídias digitais.

A educação midiática, enquanto campo de estudo e prática pedagógica, exige uma abordagem crítica e reflexiva que transcende a visão maniqueísta e

simplista de tratar a infância. Ao longo das últimas décadas, a mídia e as tecnologias digitais passaram a ser reconhecidas como ferramentas poderosas de aprendizado e expressão, mas seu uso nas práticas educacionais não pode se restringir a um papel instrumental ou punitivo. A proposta de simplesmente utilizar a mídia como ferramenta, sem uma análise mais aprofundada, limita as possibilidades de um desenvolvimento crítico das crianças, as quais são constantemente bombardeadas por conteúdos e influências midiáticas diversas. Em muitos contextos educacionais, observa-se uma tendência a tratar as crianças e os adolescentes como receptores passivos de mensagens midiáticas, com a tarefa de “aprender” a fazer bom uso das tecnologias e, ao mesmo tempo, evitar os chamados “maus comportamentos” associados ao consumo desses meios. Essa abordagem, embora reativa, muitas vezes falha em problematizar a complexidade da relação que as crianças e os jovens estabelecem com os conteúdos e as plataformas digitais. Em vez de apenas alertar os estudantes sobre os riscos e ensinar-lhes a evitar comportamentos indesejáveis, a educação midiática precisa capacitá-los a compreender os mecanismos subjacentes das mídias, desde a produção até a recepção dos conteúdos.

É necessário, portanto, deslocar a educação midiática de um enfoque predominantemente técnico para uma abordagem que enfatize o desenvolvimento de habilidades analíticas, críticas e criativas. Não se trata apenas de ensinar a utilização das tecnologias para fins utilitários ou de comunicação, mas de formar cidadãos e cidadãs capazes de refletir sobre os conteúdos que consomem e produzem. A mídia deve ser entendida não apenas como uma ferramenta a ser utilizada, mas como um espaço de interação e construção de sentidos, no qual a criança ou o jovem é sujeito ativo e reflexivo.

Ademais, ao promover um ambiente educacional que valorize a expressão por meio das tecnologias, a educação midiática deve também fomentar a autonomia dos estudantes, permitindo-lhes criar, questionar e transformar as narrativas propostas pela mídia. A formação de um olhar crítico, que não se limita ao simples consumo, mas que também inclui a produção e a disseminação de conteúdo de maneira ética e responsável, é um passo fundamental para que as crianças e os jovens possam se tornar não apenas consumidores, mas também produtores e agentes de transformação nas sociedades contemporâneas.

Portanto, a proposta da educação midiática defendida é desafiadora, pois visa à construção de uma compreensão mais ampla, crítica e complexa do mundo digital. Ela não se limita a fornecer ferramentas de navegação segura ou ensinar as tecnologias de forma desconexa, mas sim a criar estratégias pedagógicas que

envolvem uma reflexão profunda sobre os meios de comunicação, suas implicações sociais e culturais, e as maneiras pelas quais podem ser usados para promover uma cidadania ativa e responsável na sociedade digital.

A **categoria 3** parece convergir com as **categorias 1 e 2** em um aspecto essencial: a necessidade de adotar uma perspectiva crítica em relação à infância, que não a reduza a um ser passivo diante das influências externas, mas que a compreenda como parte de um contexto social e dinâmico, repleto de interações e construções. Para tanto, é imprescindível que se atue na produção de contranarrativas, abordagens que não apenas denunciem as limitações e os riscos do mundo digital, mas também proponham novas formas de compreensão e engajamento com ele.

Essa visão crítica sobre a infância deve ir além da simples crítica ao uso de telas ou ao consumo da mídia. É necessário analisar a infância dentro de um contexto orgânico, que leve em consideração as múltiplas dimensões de sua vivência, suas relações com o mundo digital e o ambiente físico. A criança precisa ser capaz de problematizar as telas, reconhecer as ruas perigosas da internet, sem que isso implique em negar ou sufocar sua natureza afetiva e lúdica. Ao contrário, a tarefa é integrar essas duas dimensões, o olhar crítico e a vivência emocional, sem que uma se sobreponha à outra. A infância precisa de uma leitura do mundo que contemple tanto a sua realidade digital quanto o seu prazer pela leitura de livros, o toque físico das páginas, o aprofundamento nas narrativas e a construção de sua própria história.

Nesse contexto, as escolas, os educadores e os profissionais que atuam diretamente com a formação das crianças, com o incentivo à leitura e com a criação de ambientes de aprendizado, têm um papel fundamental a desempenhar. Eles devem ser mediadores desse processo de construção crítica e afetiva, orientando as crianças a navegar pelas complexidades do mundo digital com autonomia, responsabilidade e sensibilidade. As práticas pedagógicas precisam incorporar a ideia de que a infância não é apenas um momento de formação técnica e intelectual, mas também de desenvolvimento emocional e relacional, que se constrói na interseção entre o real e o virtual, entre o lúdico e o crítico.

Portanto, a educação não pode mais se limitar a uma abordagem técnica ou normativa, mas deve se abrir para a possibilidade de uma formação que reconheça as múltiplas dimensões da infância. Trata-se de construir uma educação que, sem perder a doçura, a afetividade e a sensibilidade próprias desse período da vida, seja capaz de preparar as crianças para se tornarem

peessoas críticas, responsáveis e sensíveis às questões sociais, digitais e culturais que as cercam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho, estabelecemos como problema central da pesquisa a seguinte indagação: *De que maneira a produção escrita da Revista Emília aborda os desafios da presença das telas, mídias e tecnologias digitais na infância e quais são as possíveis influências apontadas sobre a formação das crianças?*

Após todo o percurso do trabalho, é possível apontar que o material documental reunido e a análise dos textos nos permitiram, primeiramente, identificar e categorizar os temas mais recorrentes relacionados às tecnologias e à infância nas publicações da *Revista Emília* durante o período estudado. Esse levantamento possibilitou uma ênfase nas tendências e nas discussões que se destacaram nas edições da revista, revelando as principais preocupações e abordagens da publicação sobre o tema.

Além disso, foi possível examinar os desafios e as evidências recorrentes sobre o uso das tecnologias por crianças, conforme apresentados pela *Revista Emília*. A partir dessa análise, discutimos as implicações dessas descobertas, refletindo sobre como essas questões podem impactar as práticas educacionais e as abordagens voltadas para a infância no contexto da era digital.

Acreditamos que toda pesquisa é, de fato, uma pesquisa-formação. O pesquisador, ao longo do processo, transforma-se, amadurece, amplia suas perspectivas, aprofunda-se em leituras e interpretações, expande seus limites e refina suas ideias. Esse processo de construção intelectual é um dos aspectos mais valiosos da pesquisa. Conosco não foi diferente. Podemos afirmar que esta pesquisa nos permitiu ir além, analisando a temática das tecnologias digitais na infância de maneira mais aprofundada e amadurecida. Como docentes, sempre enfrentamos essa questão no cotidiano escolar, e foi por meio deste trabalho que conseguimos refletir mais criticamente sobre os desafios que ela impõe aos educadores e a escola.

A escolha da *Revista Emília* foi, inicialmente, motivada pela sua estética o design da revista, as imagens e as temáticas apresentadas. Enxergamos nela a possibilidade de analisar um material que poderia contribuir para a formação de professores que atuam com crianças, e talvez até para a nossa própria formação. No entanto, ao aprofundar a pesquisa nos textos selecionados, com base nos princípios da pesquisa documental, encontramos algo que superou amplamente nossas expectativas iniciais.

O que descobrimos foi uma discussão abrangente, vigorosa, mas ao mesmo tempo delicada e refinada, sobre a infância, as tecnologias, as telas e as mídias. A *Revista Emília* oferece uma reflexão sobre essas questões que tanto afligem os adultos. Através das publicações, pudemos perceber como as discussões sobre esses temas se articulam de maneira sensível e ao mesmo tempo crítica, permitindo uma análise mais rica e plural sobre a presença das mídias na formação da infância.

Não há dúvida que o cenário impõe desafios inquietantes, exigindo reflexões e ações concretas por parte de pais, educadores, sociedade e políticas públicas para equilibrar o uso das telas a favor da formação das crianças.

O dilema dos docentes não se encerra com a proibição do uso de celulares pelos alunos no espaço escolar, conforme preconiza a normativa vigente (Lei nº 15.100/2025). Embora essa medida seja muitas vezes adotada como uma tentativa de controle, ela não resolve as questões subjacentes que envolvem a relação das crianças e adolescentes com as tecnologias digitais. A proibição, por si só, não aborda a complexidade do ambiente midiático em que os estudantes estão inseridos, nem as habilidades necessárias para que desenvolvam uma interação crítica e consciente com as mídias e as tecnologias. Portanto, é preciso pensar em estratégias mais amplas e reflexivas que promovam a educação para/com as mídias, o uso consciente e crítico das tecnologias, e a construção de um ambiente educacional mais integrado às demandas do século XXI. É fundamental refletir sobre o poder das *big techs* e os limites impostos pela lógica mercadológica, especialmente quando esses interesses entram em conflito com a formação das crianças. O domínio dessas grandes empresas sobre os fluxos de informação, os algoritmos e os modelos de consumo impõem desafios significativos para a educação, exigindo um olhar crítico das políticas públicas, sobre a forma como os conteúdos digitais são produzidos, distribuídos e consumidos.

Nesse contexto, torna-se urgente questionar até que ponto as tecnologias digitais estão a serviço do aprendizado e do desenvolvimento infantil ou se, ao contrário, reforçam dinâmicas de hiperestimulação, consumismo e vigilância. Diante desses desafios, a necessidade de novos estudos se torna evidente. A realização dessas pesquisas não apenas contribuirá para uma compreensão mais profunda do papel das tecnologias digitais no contexto educacional, mas também permitirá que escolas, educadores e famílias adotem práticas mais informadas e responsáveis. Assim, poderemos moldar um ambiente digital que favoreça o aprendizado significativo e o desenvolvimento integral das crianças,

equilibrando as inovações tecnológicas com a proteção de seus direitos e bem-estar.

A mediação docente e o papel das famílias são essenciais para equilibrar esses processos, garantindo que a infância tenha acesso a experiências educativas que ampliem sua visão de mundo, promovam o pensamento crítico e fortaleçam sua autonomia frente às influências tecnológicas e comerciais.

Por outro lado, a formação de professores é, sem dúvida, essencial. Sem ela, nada de concreto poderá ser realizado. Sem uma formação consistente, a infância não será adequadamente protegida nem preparada para os enormes desafios que temos pela frente. A pesquisa, a leitura e a análise crítica são práticas poderosas que, de fato, podem preparar melhor os professores para lidar com as questões contemporâneas que envolvem as crianças. Superar as soluções fáceis e as respostas do senso comum é uma tarefa urgente para aqueles que trabalham com livros, leitura, organização do espaço escolar e propostas pedagógicas voltadas para a formação crítica das crianças, especialmente em relação às mídias e tecnologias.

Esse é o papel do professor: ser o profissional que movimenta a engrenagem escolar, aquele que ensina e que aprende constantemente. Em um contexto em que a infância está cada vez mais exposta ao mundo digital e às suas influências, é imprescindível que o educador esteja bem preparado, com saberes atualizados e com uma visão crítica que o permita mediar o uso das tecnologias de maneira ética e construtiva.

A garantia de uma especialização formativa com oportunidades de desenvolvimento profissional para professores da educação básica não é apenas necessária, mas urgente. Os professores desempenham um papel vital na modelagem e na formação da próxima geração, por isso devem ser valorizados e apoiados em seus processos de ensino e aprendizagem. Investir em treinamento contínuo para que os professores permaneçam atualizados sobre novas práticas pedagógicas, tecnologia educacional e uma variedade de metodologias atualizadas, podem melhorar o ambiente de aprendizagem garantindo que os mesmos se mantenham atualizados sobre novas práticas pedagógicas. Sem essa consciência, corremos o risco de continuar com práticas ultrapassadas que reduzem a qualidade da educação.

É essencial fornecer incentivos para o desenvolvimento profissional dos professores para que eles se sintam inspirados e valorizados em seu trabalho com condições de trabalho adequadas e respeitadas, com salários justos, horários equilibrados e um ambiente de aprendizagem seguro.

É nosso dever como professores exigir esforços do governo, da sociedade civil e das instituições educacionais, para garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso a oportunidades formativas.

Mais do que nunca, a infância precisa desse profissional capacitado e comprometido, que entende a importância de uma formação crítica e reflexiva, capaz de orientar as crianças.

Ao final deste trabalho, identificamos que um dos méritos da *Revista Emília* é evitar uma contraposição simplista entre tradição e modernidade, entre práticas já consolidadas na formação das crianças e a adesão aos novos parâmetros da cultura digital. A publicação não recai na armadilha de uma rejeição ingênua das tecnologias, tampouco adere a um entusiasmo acrítico. O olhar atento, a argumentação refinada e a parcimônia com que a revista aborda a temática evidenciam a importância de construir contranarrativas sem, no entanto, fechar-se ao diálogo com as possibilidades de conexão, interação e amadurecimento do pensamento.

A ideia de nocividade acompanha a humanidade ao longo da história das transformações técnicas. Foi assim com a invenção da escrita, quando se temia que a fixação das palavras enfraquecesse a memória e a oralidade. O mesmo receio se manifestou com a prensa de Gutenberg no século XV, quando alguns acreditavam que a disseminação da leitura enfraqueceria a tradição do ensino oral e os manuscritos. Posteriormente, no século XX, preocupações semelhantes emergiram em relação ao cinema, o rádio, à televisão e, mais recentemente, às mídias digitais. Esses ciclos históricos demonstram que o desconforto diante do novo não é um fenômeno inédito, mas sim um processo recorrente na adaptação da sociedade às inovações tecnológicas.

Nesse sentido, a abordagem da *Revista Emília* se destaca por sua capacidade de problematizar a presença das mídias na infância sem recorrer a discursos fatalistas ou tecnofóbicos. Seus textos indicam caminhos para que educadores, famílias e formuladores de políticas públicas possam compreender as complexidades desse cenário e, a partir disso, desenvolver estratégias pedagógicas que integrem criticamente as tecnologias, promovendo uma formação que seja, ao mesmo tempo, reflexiva e aberta às possibilidades do mundo digital.

Isso não significa, o descarte dos livros, da leitura atenta, da escola como espaço de aprendizagem e convivência. Pelo contrário, a presença das tecnologias digitais na infância deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, no qual diferentes formas de acesso ao conhecimento coexistem e

se complementam. A leitura em papel, as bibliotecas, a mediação docente e a experiência coletiva da escola permanecem fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, crítico e social das crianças.

A questão central não é substituir uma prática por outra, mas sim reconhecer que a formação do pensamento crítico pode ocorrer em múltiplas frentes. A escola continua sendo um espaço insubstituível de interação, troca e experimentação, sobretudo de socialização e desenvolvimento humano, onde a relação com os livros e a leitura se fortalece em meio a outras práticas culturais.

Esperamos que o estudo realizado, registrado nesta dissertação de mestrado, contribua para a formação de professores e para um trabalho pedagógico mais crítico, reflexivo e alinhado aos desafios contemporâneos. Diante das transformações no cenário educacional, especialmente no que diz respeito à presença das mídias e tecnologias digitais na infância, é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com essas questões de forma consciente e fundamentada.

Que esta pesquisa possa incentivar práticas que promovam o uso e significativo das tecnologias na escola, sem renunciar ao compromisso com a leitura, a interação social e o desenvolvimento das crianças. Mais do que um posicionamento dicotômico entre tradição e inovação, acreditamos que a mediação docente pode construir pontes entre diferentes formas de aprender e ensinar, fortalecendo a escola como um espaço de pensamento crítico, criatividade e formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, C. I. dos; FRANCISCO, D. J. Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 2, p. 125-146, 2021.
- ARCE, A.; MARTINS, L. (Orgs.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- BARBOSA, R. A. S.; SHITSUKA, R. Uso de tecnologias digitais no ensino remoto de alunos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: relato de experiência. **E-Acadêmica**, v. 1, n. 1, e12, 2020.
- BAUMAN, Z. Zygmunt Bauman: “Há uma crise de atenção”. Entrevista cedida a Bruno Alfano. **O Globo**, 14 set. 2015. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/noticias/zygmunt-bauman-ha-uma-crise-de-atencao>. Acesso em: dez. 2024.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. Trad. Cid Knipel. São Paulo, Globo, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2025.
- BUCKINGHAM, D. **Manifesto pela educação midiática**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.
- CECHINEL, A. et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Revista Criar Educação**, UNESCO, Criciúma, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016.
- CHARTIER, Anne-Marie. **Os futuros professores e a leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- COSTA, E. G.; ALMEIDA, A. C. P. C. D. Ensino de ciências na educação infantil: uma proposta lúdica na abordagem ciência, tecnologia e sociedade (CTS). **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 27, e21043, 2021.
- COSTA, M. V. Sobre as contribuições das análises culturais para a formação dos professores do início do século XXI. **Revista Educar**, Curitiba, n. 37, p. 129-152, maio/ago. 2010.
- DAVID, P. B. et al. Ensino remoto emergencial na educação infantil: experiência em escolas privadas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 32, 2021.
- FERREIRA, G. M. S. **Educação, tecnologia e ficção: da distopia à esperança**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2023b.

FERREIRA, G. M. S. Metáforas para pensar criticamente a tecnologia educacional. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, p. 1-22, 2023a.

LOPES, A. P. et al. O uso excessivo das tecnologias digitais e seus impactos nas relações psicossociais em diferentes fases do desenvolvimento humano. **Caderno de Graduação – Ciências Biológicas e da Saúde – UNIT – ALAGOAS**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 166, 2021.

LOUREIRO, A. C.; CAVALCANTI, C. C.; ZUKOWSKY, C. Novas tecnologias na educação. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 468-477, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MCLUHAN, M. **O meio é a mensagem**. São Paulo: UBU, 2018.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 25, n.1, 83-104, jan. /jun. 2007.

MOTTA, M. S.; BASSO, S. J. L.; KALINKE, M. A. Mapeamento sistemático das pesquisas realizadas nos programas de mestrado profissional que versam sobre a aprendizagem matemática na educação infantil. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 4, n. 3, p. 204-225, 2019.

OLIVEIRA, L. S. F. A inserção acelerada das TDIC na educação infantil e ensino fundamental I diante da pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Policy and Development**, v. 2, n. 4, p. 95-117, 2020.

OLIVEIRA, N. M.; MARINHO, S. P. P. Tecnologias digitais na educação infantil: representações sociais de professoras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2094-2114, 2020.

OLIVEIRA, R. A. dos S. Novas tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 40, p. 87- 95, 2023.

PASQUALINI, Juliana Campregner; MARTINS, Lígia Márcia. Currículo por campos de experiência na educação infantil: ainda é possível preservar o ensino desenvolvente? **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 425-447, maio/ago., 2020.

SANTOS, R. A media literacy na educação: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 77, p. 205-220, 2019.

SANTOS, T. A. D. et al. Educação, sociedade e tecnologia. **Projetos Integrados (PI)**, p. 6-8. UNIFEOB - Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos, 2022.

SARMENTO, M. J. Infância e pandemia: (In)visibilidade e voz. A Criança e os seus Direitos. **Revista do Instituto de Apoio à Criança**, n. 4, p. 8-11, 2022.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVÉRIO, M. S. M.; DE MORAIS SANTOS, M.; DE AZEVEDO, G. X. Os

desafios do uso das tecnologias na educação infantil. **REEDUC - Revista de Estudos em Educação**, v. 8, n. 1, p. 272-297, 2022.

SIQUEIRA, L. B. de. **Aproximações e afastamentos das tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão durante a pandemia da Covid-19 por professoras da educação infantil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOUSA CUNHA, F.; FERST, E. M.; BEZERRA, N. J. F. O ensino remoto na Educação Infantil: desafios e possibilidades no uso dos recursos tecnológicos. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 570-582, 2021.

TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. **Ciência & Cultura [online]**. São Paulo: SBPC, v. 68, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.cienciaecultura.sbpcnet.org.br>. Acesso em: 22 de dez. 2024.

UJIE, N. T.; PINHEIRO, N. A. M. O Enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) na Educação Infantil: discussão e aplicação possível. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017, p. 1-11.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2021.